

16 a 19
maio
2014

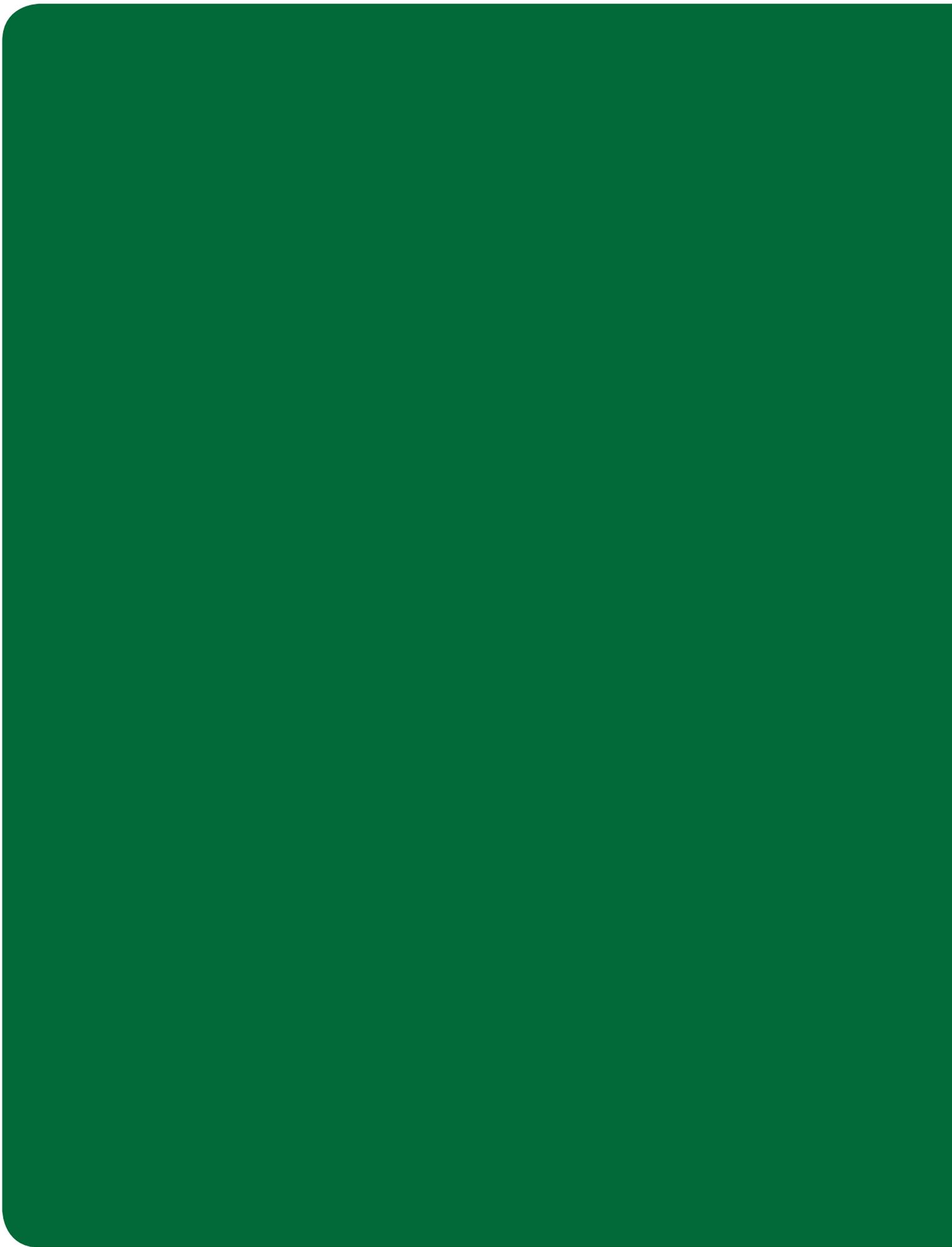
CUIDAR DA TERRA, ALIMENTAR
A SAÚDE, CULTIVAR O FUTURO



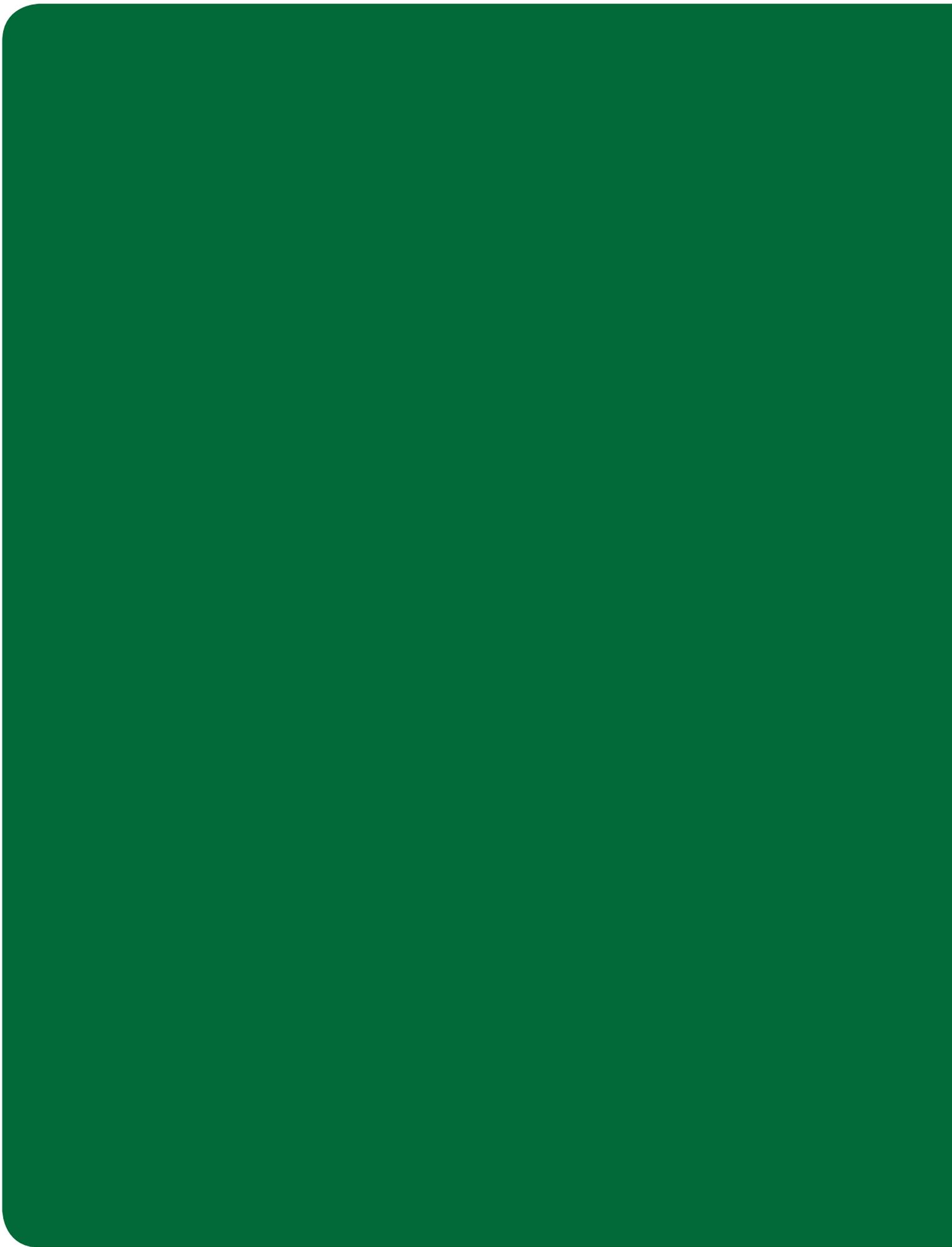
ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA

III ENANA

Juazeiro
(BA)







SUMÁRIO

CARAVANAS	10
SEMINÁRIOS TEMÁTICOS	30
ETAPAS PREPARATÓRIAS	44
MAPAS DO TERRITÓRIO DO III ENA	48
TELEFONES ÚTEIS	50

APRESENTAÇÃO

Cara e caro participante do III ENA,

Sejam bem-vindos ao III Encontro Nacional de Agroecologia. Neste Caderno de Participante você encontrará as orientações básicas sobre a organização de nosso encontro, podendo assim melhor planejar sua participação nos seus diferentes momentos. O ENA será realizado por meio de plenárias, sessões simultâneas sobre territórios, seminários e oficinas temáticas, feira de saberes e sabores, eventos culturais, manifestações públicas e outras atividades.

Somos centenas de pessoas vindas de todos os estados do Brasil e de outros países, todas diretamente envolvidas na construção da agroecologia. Estamos sendo acolhidos na cidade de Juazeiro-BA após um rico processo de preparação realizado em todas as regiões. Essa preparação descentralizada contou com caravanas agroecológicas e culturais, encontros estaduais, seminários e outras atividades. Foi uma oportunidade para que pudéssemos

refletir, a partir dos mais variados contextos, sobre os avanços e desafios da construção da agroecologia no Brasil. Chegamos aqui convocados a articular os ensinamentos dessas atividades preparatórias com os de nossas vivências cotidianas para dar respostas à seguinte questão: “Por que interessa à sociedade apoiar a agroecologia?”.

Ao respondermos coletivamente a essa questão a partir dos exemplos concretos que trazemos ao debate do ENA, estaremos ampliando o diálogo com diferentes setores da sociedade para motivá-los a se associar na defesa da agroecologia como enfoque de transformação dos padrões dominantes de produção, distribuição e consumo de alimentos e das formas de organização socialmente injustas e ambientalmente predatórias que prevalecem no mundo rural brasileiro.

O III ENA é promovido pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), uma rede nacional composta por organizações, redes regionais e movimentos

sociais de abrangência nacional e regional. Ancorada no princípio da “unidade na diversidade”, a ANA tem como objetivo construir convergências políticas e uma expressão pública unitária em torno a um projeto para o mundo rural fundado na defesa da agricultura familiar camponesa e dos povos e comunidades tradicionais em suas múltiplas expressões e identidades.

Em sua trajetória, que teve início no I ENA, realizado em 2002, a ANA teceu alianças estratégicas com organizações, redes e movimentos que igualmente lutam pela democratização e pela sustentabilidade da sociedade. Dessa iniciativa surgiu o processo “Diálogos e Convergências”, uma dinâmica interativa de caráter permanente que vem permitindo o fortalecimento e o enriquecimento recíproco de redes nacionais constituídas a partir das perspectivas da agroecologia, da soberania e segurança alimentar e nutricional, da economia solidária, da saúde coletiva, da justiça ambiental e do feminismo.

O III ENA terá lugar numa conjuntura marcada por grandes contradições. Por um lado, assistimos à reafirmação do agronegócio e sua dinâmica expansiva sobre territórios ocupados pela agricultura familiar e pelos povos indígenas e comunidades tradicionais. A violação de direitos territoriais também se manifesta com a implantação de grandes obras de infraestrutura que pavimentam o projeto de desenvolvimento econômico calcado no extrativismo predatório de bens naturais. Por outro lado, o atual contexto é também marcado pelo adensamento político do campo agroecológico e pela crescente afirmação de suas proposições perante a sociedade. Esse adensamento se expressa tanto na multiplicação e crescente visibilidade pública das experiências agroecológicas, quanto na institucionalização da perspectiva agroecológica em políticas e programas executados por órgãos públicos das três esferas da Federação.

A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) estão sendo construídos nesse contexto de contradições como uma conquista resultante da capacidade de afirmação da proposta agroecológica pelas organizações e movimentos integrados à ANA. O III ENA será uma oportunidade ímpar para que as medidas previstas no Planapo sejam divulgadas e debatidas. Essa será uma condição essencial para

que o monitoramento da execução do Plano mobilize a ativa participação de organizações da ANA a partir das regiões/territórios em que atuam. Em outras palavras, o III ENA criará as condições para a atualização de nossas proposições para o mundo rural brasileiro e de reafirmação de nossa concepção de “Brasil Agroecológico”.

Também no plano internacional a agroecologia vem ganhando crescente reconhecimento social e político. Diversos documentos oficiais editados recentemente indicam o enfoque agroecológico como a única alternativa capaz de enfrentar estruturalmente múltiplas dimensões da crise civilizatória que se aprofunda como resultado de padrões de desenvolvimento ambientalmente insustentáveis e socialmente excludentes. Entre outros aspectos, esses documentos ressaltam como o emprego da perspectiva agroecológica será capaz de responder de forma integrada aos desafios de promover a soberania e segurança alimentar e nutricional e a saúde coletiva, a conservação dos bens naturais, a adaptação às mudanças climáticas, a geração de trabalho digno com distribuição de renda e a superação da pobreza, a defesa da rica base cultural e da sociobiodiversidade e o reconhecimento e revalorização dos papéis econômicos e políticos das mulheres e jovens.

Considerando que o III ENA se realiza no Ano Internacional da Agricultura Familiar, o Encontro será também uma oportunidade para demonstrar que as múltiplas funções positivas que a Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena (como o ano foi consagrado no Brasil) só poderão ser mantidas e desenvolvidas a partir do emprego da agroecologia como enfoque para o desenvolvimento dos sistemas agroalimentares e para a gestão dos bens naturais pelas populações rurais.

Portanto, frente ao contexto de fortalecimento da hegemonia do agronegócio, nos encontramos em um momento oportuno para a mobilização das forças sociais que militam em defesa da agroecologia como alternativa viável e necessária, não apenas para o mundo rural, mas também para o conjunto da sociedade.

Bom Encontro a todas e todos,

Comissão Organizadora do III ENA

PROGRAMAÇÃO

Campus da Universidade Federal do Vale do São Francisco
UNIVASF - Juazeiro/ BA

8

HORÁRIO	16 DE MAIO	17 DE MAIO	18 DE MAIO	19 DE MAIO
7h às 8h	Café da Manhã			
8h às 12h	<p>Abertura: Acolhida; credenciamento; reuniões preparatórias, montagem da feira de saberes e sabores;</p> <p>Plenária das Juventudes</p>	<p>Sessões Simultâneas: "Construção e disputas da agroecologia nos territórios"</p>	<p>Seminários temáticos: "Por um Brasil Agroecológico"</p>	<p>Oficinas autogestionadas (8h - 10h)</p> <p>Atos públicos (10h - 12h) "Anúncios e denúncias do campo agroecológico"</p>
12h às 14h	Almoço			
14h às 18h	<p>Plenária Inicial: "Por que interessa à sociedade apoiar a agroecologia?"</p> <p>Apresentação: "A convivência com o semiárido" (ASA Brasil)</p>	<p>Feira de saberes e sabores: "Expressões da agroecologia no Brasil"</p> <p>Plenária de Mulheres no III ENA : Sem feminismo não há agroecologia! (15h - 18h)</p> <p>Reisado Cachoeira do Fogo</p>	<p>Feira de saberes e sabores: "Expressões da agroecologia no Brasil"</p> <p>Atividades paralelas: Oficinas Autogestionadas</p>	<p>Plenária final: "Por Um Brasil Agroecológico"</p> <p>Encerramento: "Celebração nas margens do Rio São Francisco"</p>
18h às 20h	Jantar			
20h às 23h	<p>Apresentação do espetáculo SERTÃO.DOC</p>	<p>Show com Targino Gondim</p>	<p>Apresentação de Artistas Populares</p>	<p>Retorno das delegações para seus estados</p>

**SESSÕES
SIMULTÂNEAS:
“CONSTRUÇÃO
E DISPUTAS DA
AGROECOLOGIA NOS
TERRITÓRIOS”**

Zona da Mata – MG
Santarém – PA
Chapada do Apodi – RN
Sudoeste de Mato Grosso - MT
Bico do Papagaio - TO
Região Mogiana-Sorocabana - SP
Região Sul (PR/ SC/ RS)
Região Metropolitana do Rio de Janeiro - RJ
Oeste de Santa Catarina
Norte de Minas Gerais - MG
Chapada do Araripe - PE (juventudes do NE)
Território do Sisal - BA
Extremo Sul da Bahia - BA
Rondônia (RO)
Sertão do São Francisco – Bahia/Pernambuco

**SEMINÁRIOS
TEMÁTICOS:
“POR UM BRASIL
AGROECOLÓGICO”**

01. Luta pela reforma agrária e reconhecimento dos territórios dos povos e comunidades tradicionais: desafios e perspectivas
02. Agroecologia, abastecimento e construção social de mercados
03. Agricultura urbana: semeando a agroecologia nas cidades
04. Comunicando um Brasil Agroecológico
05. Conflitos e injustiças ambientais
06. Construção do conhecimento agroecológico: interação entre Ater, Pesquisa e Ensino
07. Construção do conhecimento agroecológico: Educação do campo
08. Normas sanitárias: para quê e para quem?
09. Plantas medicinais e agroecologia: cultivando saúde e disseminando saberes tradicionais
10. Financiamento e Agroecologia
11. Saúde e agrotóxicos
12. Sementes e agrobiodiversidade
13. Sociobiodiversidade

**FEIRA DE
SABORES E
SABERES**

Feira de produtos (alimentos, plantas medicinais, remédios caseiros, artesanatos, tecnologias sociais);
Tenda de cura;
Tenda de troca de sementes;
Tenda de contação de causos;
Tenda de ofícios;
Tendas de preparação de material
Tenda de trocas em geral
Rádio poste
Manifestações artísticas

CARAVANAS

*A CONSTRUÇÃO E AS DISPUTAS DA
AGROECOLOGIA NOS TERRITÓRIOS*



BAIXO AMAZONAS

.....

1. Nome do território e dos municípios que o integram

A Caravana aconteceu nos municípios de Santarém. Além desse, os municípios de Óbidos, Oriximiná, Prainha, Alenquer, Monte Alegre, Belterra, Juruti também integram o Território do Baixo Amazonas.

2. Data de realização da caravana

22 a 25 de outubro de 2013.

3. Número de pessoas que participaram da caravana

A Caravana teve a participação de cerca de 80 pessoas, oriundas dos estados da Amazônia, dos municípios que compõem o Território do Baixo Amazonas, representantes da Transamazônica, Altamira, Medicilândia e Brasil Novo, e dos estados do Acre, Rondônia, Manaus, Maranhão. Os participantes foram divididos em duas caravanas: uma parte foi visitar as experiências da Flona Tapajós e comunidades quilombolas e a outra parte visitou a RESEX Tapajós Arapiuns e comunidades indígenas.

4. Breve descrição das características mais marcantes das dinâmicas de construção da agroecologia no território

A Caravana foi realizada no município de Santarém, terra de encantos, belezas e sonhos. Centro de integração do território do Baixo Amazonas Paraense. Referência para o desenvolvimento regional, nos aspectos da produção, dos serviços e do desenvolvimento econômico.

O desenvolvimento sustentável é um debate que muitas vezes fica apenas na teoria. A falta e/ou ineficácia de políticas públicas que atendam de fato quem está na ponta ainda é uma realidade distante. Por isso, a busca por alternativas viáveis de desenvolvimento tem feito com que ONGs, sindicatos e outros empreendam uma visão diferente. Tais lideranças investem numa dinâmica de produção que agrega o conhecimento tradicional com novas tecnologias, que trazem benefícios sociais econômicos e ambientais. Neste contexto a agroecologia surge como o grande mote do desenvolvimento sustentável.

Visibilizar os que praticam a agroecologia e colocar no mercado serviços e produtos oriundos desta prática é o grande desafio. A Política e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO e PLANAPO) podem vir a ser os instrumentos de visibilidade, mas, muita estrada precisa ser percorrida. A agroecologia não é entendida de forma clara pelos que a praticam.

Desafios/Preocupações

Desarticulação dos Arranjos Produtivos Locais (APL's) em todos os municípios: organizações de base e representações dos segmentos propõem e o governo não atende; falta de apoio técnico para o licenciamento; morosidade na regularização fundiária; infraestrutura deficitária para o beneficiamento, armazenamento e escoamento da produção;

Redução no percentual do Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PNAE) aplicado à aquisição de produtos da agricultura familiar: apesar da orientação legal de aplicação mínima de 30% dos recursos destinados pelo PNAE a cada município para a aquisição de produtos da Agricultura Familiar, na região, sobretudo em Santarém, o montante gasto com produtos da AF vem diminuindo a cada ano. A lenta e deficiente política de consolidação dos assentamentos e unidades de conservação por parte do INCRA, a exemplo do PAE Lago Grande e da Resex Tapajós/Arapiuns, é também um grande entrave no processo de consolidação, utilização e implementação das atividades produtivas. O cadastramento ambiental Rural ajuda a conter o desmatamento, no entanto ainda não é uma realidade neste território. Hoje, no Pará, existem cerca de 85 mil cadastros emitidos, a maioria de pequenos estabelecimentos

rurais, que correspondem a cerca de 80% desse total. Mesmo assim, esse número representa menos de 20% das áreas cadastradas, o que requer uma atenção maior para o trabalho que é feito junto aos pequenos produtores/as.

Os conflitos

Ainda são presentes e preocupantes os novos conflitos pela posse da terra, sobretudo, em relação ao uso da floresta para a produção de madeira e a instalação de monocultivos. A desejável instalação de Unidades de Conservação (tidas como oportunidade de garantir a posse da terra nas mãos dos moradores extrativistas, pequenos produtores rurais) não caminha com a mesma velocidade e vontade política de autorizar o licenciamento dos grandes empreendimentos. Da mesma forma, a falta de uma política séria de regularização fundiária, culmina com a prática de extração ilegal de madeira, pondo em risco a vida de pequenos produtores e suas lideranças.

O PAC é uma grande ameaça na disputa do território (hidrelétricas no Tapajós): Desta forma a busca por alternativas de produção, também se faz necessária para encontrar respostas aos grandes problemas globais, especialmente as problemáticas de nossa região como o desmatamento. Muitos são os fatores que causam, entre eles as atividades desordenada de exploração madeireira, a agricultura mecanizada com suas monoculturas extensivas, fato este muito fortemente visibilizado na região da BR163, Belterra, a pecuária e as práticas de uso de fogo, esta última praticada pelas famílias de pequenos agricultores, que são os que mais sentem os efeitos desta exploração irracional dos recursos naturais, com a escassez e falta de segurança alimentar e pouco acesso a infra estrutura.

As comunidades tradicionais, quilombolas, cuja mentalidade e o estilo de vida são singulares e diferenciados aos praticados pela civilização moderna começam a assumir uma tática de conservação e preservação dos seus recursos humanos e naturais sem relegar a importância de suas atividades produtivas e ou/agroextrativistas como fonte de renda; querem participar das discussões sobre o futuro de sua região, pretendem uma economia em que os ganhos sejam mais bem repartidos e mais pessoas tenham oportunidade de lu-

crar com a floresta e seus aspectos produtivos. A caravana da Amazônia, trouxe maior visibilidade para toda essa problemática.

Os municípios de modo geral, apresentam dinâmicas econômicas que estão ligadas a atividades agrícolas, que absorvem, no que diz respeito a agricultura familiar, um percentual considerável de trabalhadores, mas ainda apresentam baixa eficiência econômica.

No aspecto produtivo, a grilagem de terra, a falta de regularização fundiária, assistência técnica, disputa de mercado, a desorganização da produção e a expansão do agronegócio são apontados como os principais conflitos existentes no território, o que leva a necessidade de ações voltadas a regularização de terras. Com isso espera-se que a distribuição de renda possa ser mais eficiente para a população.

Desafios do Agroextrativismo e Economia Verde na Amazônia

Outro desafio evidenciado foi a questão do bolsa verde, especialmente na RESEX Tapajós Arapiuns, pois muitos agricultores/as ficam inviabilizados para acessar outros fomentos. Várias empresas adentram a RESEX para vender a proposta do governo sobre economia verde. Outrossim, a venda de produtos do agroextrativismo, encontra uma barreira muito grande, especialmente junto aos mercados institucionais, uma vez, que a falta de certificação orgânica é um grande entrave para a venda.

Discutir a agroecologia é compreender e enfrentar essa realidade, oportunizando o desenvolvimento de ações que permitam a vida em harmonia do homem e da mulher com a natureza. É importante lembrar que, mesmo com todas essas possibilidades, e também com todos os desafios, a busca da sustentabilidade tem que sair do discurso e se concretizar nas ações, desde as mais pequenas até as mais abrangentes.



SERTÃO DO ARARIPE

.....

1. Nome do Território e dos municípios que o integram

O Território Sertão do Araripe, em Pernambucano, é formado pelos municípios Araripina, Bodocó, Exu, Granito, Ipubi, Moreilândia, Ouricuri, Parnamirim, Santa Cruz, Santa Filomena e Trindade.

2. Data de realização da Caravana Agroecológica e Cultural

A Caravana Agroecológica e Cultural das Juventudes do Nordeste aconteceu entre 25 e 29 de maio de 2014

3. Organização da Caravana

Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Rede ATER Nordeste, Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), Caatinga, Centro Sabiá, CETRA, ASSEMA, ActionAid, Terre des Hommes Schweiz.

4. Número de pessoas que participaram da Caravana

A Caravana contou com a presença de 100 participantes/jovens, além de 10 técnicos/assessores das instituições organizadoras, 6 Assessores de Comunicação das entidades e 10 comunidades rurais envolvidas no processo, somando cerca de 150 agricultores e agricultoras nas visitas às experiências. A programação inclui um ato público na cidade, com a mobilização de 300 pessoas.

5. Breve descrição das características mais marcantes das dinâmicas de construção da agroecologia no território

Uma caravana em meio a lutas e contradições do Araripe Pernambucano

A Caravana Agroecológica e Cultural das Juventudes do Nordeste faz sua trajetória num território de contradições: O Sertão do Araripe Pernambucano. Num cenário de chuvas irregulares e, por vezes escassas, centenas de famílias agricultoras mostram que é possível conviver com o Semiárido e da terra garantir a segurança alimentar e o sustento da casa. Por outro lado, esses mesmos agricultores/as estão sendo assediados pelo agronegócio da bovinocultura e da monocultura, com a oportunidade de receber apoio/financiamento público; pela política de desenvolvimento do território baseada na mineração do gesso; e os impactos de grandes obras como a Transnordestina (em construção), o polo gesseiro e o Canal do Sertão.

Embora muitas famílias estejam resistindo e outras não tenham sentido na pele a pressão desses empreendimentos, os impactos ambientais e socioeconômicos já estão em voga, com a desapropriação de terras, êxodo rural e aumento de bairros periféricos nas cidades do Território. Paralela a esta situação, a construção das tecnologias de convivência com o Semiárido, através das organizações que tem a Articulação no Semiárido (ASA) e a Rede ATER Nordeste como espaços de convergência de esforços e construções coletivas, tem possibilitado à algumas famílias a permanência digna no campo.

Mais abrangente e eficaz as políticas de transferência de renda, é que tem de fato ajudado a suportar as adversidades dos períodos de estiagem, como o que a população enfrentou nos últimos três anos. Em meio a esse turbilhão de acontecimentos, as famílias agricultoras seguem com a esperança em dias melhores, sobretudo após as chuvas.

Sobre o Território do Araripe de Pernambuco

A região do Araripe Pernambucano se constitui dos municípios de Araripina, Granito, Ipubi, Ouricuri, Trindade, Bodocó, Exu, Moreilândia, Santa Cruz e Santa Filomena. A população é de 316.862 habitantes e, destes, aproximadamente 51% vivem no meio

rural. Estima-se que dos 28.143 estabelecimentos agrícolas da região, 98% são de agricultura familiar, o que demonstra uma forte tradição agrícola.

O clima que predomina é o semiárido, com poucas chuvas concentradas em alguns meses. Devido ao alto índice de desmatamento da cobertura vegetal para a implementação de áreas de agropecuária e como matriz energética para o polo gesseiro, o Sertão possui fortes riscos de desertificação. Estudos desse ecossistema dizem que se o desmatamento continuar no mesmo ritmo, a vegetação atual só resistirá por mais 42 anos.

Outro dano causado ao Sertão do Araripe pelo processo desenvolvimentista é a produção do gesso. Essa região é uma das mais ricas do país em gipsita, um minério muito cobiçado pela indústria mineradora. Sua extração tem prejudicado seriamente o meio ambiente, contribuindo para a desertificação e o desmatamento. As famílias agricultoras resistem a esses processos mesmo que políticas públicas para auxiliar as agricultoras e os agricultores não sejam devidamente implementadas. Muitas vezes, os recursos públicos investidos nessa região beneficiam as famílias mais ricas, que já possuem condições de organizar sua produção. A agroecologia tem sido uma alternativa adotada por essas famílias para conviver com o clima semiárido e para conseguirem produzir mesmo sem incentivos governamentais.

Somado a esse contexto, a Transnordestina, ferrovia de 1.728km, tem sido fonte de dificuldades para a população da região. A obra foi planejada para transportar os produtos do agronegócio. É uma iniciativa do governo que não leva em consideração a vida e a produção agrícola das famílias camponesas. Com a conclusão da rodovia, elas terão dificuldades em se locomover, ter acesso aos meios de produção e sua sociabilidade será prejudicada.



LESTE PAULISTA E REGIÃO SOROCABANA

1. Nome do território e dos municípios que o integram

As caravanas foram realizadas no Território denominado Mogiana Sorocabana, estado de São Paulo, do qual fazem parte os seguintes municípios: Americana, Amparo, Araras, Artur Nogueira, Atibaia, Bragança Paulista, Campinas, Cordeirópolis, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Espírito Santo do Pinhal, Estiva Gerbi, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Ipeúna, Itapira, Itatiba, Itupeva, Jaguariúna, Jarinu, Joanópolis, Jundiaí, Leme, Limeira, Lindóia, Louveira, Mococa, Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Monte Alegre do Sul, Morungaba, Nazaré Paulista, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Pinhalzinho, Piracaia, Piracicaba, Rio Claro, Saltinho, Santa Bárbara d' Oeste, Santa Cruz da Conceição, Santo Antonio de Posse, São João da Boa Vista, Serra Negra, Socorro, Sumaré, Valinhos, Vargem, Várzea Paulista, Vinhedo, Araçoiaba da Serra, Ibiúna, Iperó, Itapetininga, Piedade, Salto de Pirapora, São Roque, Sorocaba, Porto Feliz, Sarapuí.

2. Data de realização da Caravana Agroecológica e Cultural

De 8 a 10 de novembro de 2013, aconteceu a caravana em Mogiana e de 11 a 13 de abril de 2014, em Sorocabana.

3. Organização da Caravana

ANA – Articulação Nacional de Agroecologia; ANC – Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região; APA – Articulação Paulista de Agroecologia; CIS Guanabara – Centro de Integração Social de Campinas; Cooperativa Entre Serras e Águas; Cooperacra – Cooperativa da Agricultura

Familiar e Agroecológica; Fraternidade Umuarama Saboó; GARFOS – Grupo de Articulação Regional da Feira de Orgânicos de Sorocaba; ITVBA – Instituto Terra Viva Brasil de Agroecologia; Laboratório Terra Mãe; NAAC – Núcleo de Agroecologia Apete Caapuã; RAU – Rede de Agroecologia da Unicamp; Rede Leste Paulista de Agroecologia; UFSCar – Universidade Federal de São Carlos, Campus Sorocaba; Vila Yamaguishi.

4. Número de pessoas que participaram da caravana

As duas caravanas totalizaram aproximadamente 300 participantes, entre organizadores, agricultores e convidados.

5. Breve descrição das características mais marcantes das dinâmicas de construção da agroecologia no território

Grande parte do território da região Mogiana Sorocabana está no eixo Campinas - Sorocaba – São Paulo, maior eixo urbano do país, o que traz grandes dificuldades para os agricultores familiares devido aos problemas de urbanização, pressão imobiliária, poluição, uso de agrotóxicos e concentração de capital. Ao mesmo tempo a região abrange um público grande da agricultura familiar e de assentados da reforma agrária.

Nota-se um considerável avanço no associativismo da região, estimulado essencialmente pelos programas governamentais de compra institucional (PAA- Programa de Aquisição de Alimentos e PNAE-Programa Nacional de Alimentação Escolar), que apresentam também o potencial de estimular a transição agroecologia de agricultores familiares, incluindo os assentamentos, onde já existem pelo menos 06 grupos organizados de Organismos de Controle Social e um Sistema Participativo de Garantia. O acesso ao mercado através destes programas é usado também como estratégia para redução nos problemas de injustiças ambientais e conflitos de terra. Os agricultores melhoram sua renda ao mesmo tempo em que fornecem alimentos de qualidade à população promovendo a saúde coletiva e conseqüente redução da pobreza.

Outra importante estratégia notada foi a interação ater, pesquisa e ensino. Na região atuam ins-

tituições de ensino e pesquisa que através desta ferramenta promovem educação no campo e a capacitação dos agricultores familiares e assentados da reforma agrária na agroecologia, conseqüentemente trabalhando a soberania e segurança alimentar, redução da pobreza e conservação dos recursos naturais. O trabalho não fica restrito a educação, ele se expande a abertura de novos mercados de consumidores para os agricultores, assim há continuidade do trabalho de campo tornando sua atividade rentável e permitindo a continuidade destas pessoas no campo.



MG

NORTE DE MINAS E VALE DO JEQUITINHONHA

.....

1. Nome do território e dos municípios que o integram

Território do Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais.

2. Data de realização da Caravana Agroecológica e Cultural

De 08 a 11 de outubro de 2013 foi realizada a Caravana, durante o VI Encontro Norte Mineiro da Agrobiodiversidade, I Encontro de Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro e I Fórum Internacional Agrobiodiversidade e Mudanças climáticas

3. Organização da Caravana

Guardiões e Guardiãs da Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro; Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas; Articulação Semiárido Mineiro; Cáritas Regional Minas Gerais; Fórum de Convivência com o Semiárido do Vale do Jequitinhonha; Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica; Visão Mundial; Cáritas Diocesana de Almenara - Baixo Jequitinhonha; Cáritas Diocesana de Araçuaí; Cáritas Diocesana de Januária; Cooperativa Grande Sertão; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Riacho dos Machados; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Varzelândia; Associação Indígena Xacriabá Aldeia Barreiro Preto; Grupo Agroextrativista do Cerrado; Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais do Norte de Minas; Núcleo de Agroecologia e Campesinato da UFVJM.

4. Número de pessoas que participaram da caravana.

700 pessoas participaram da caravana

5. Breve descrição das características mais marcantes das dinâmicas de construção da agroecologia no território

A Caravana aconteceu no Semiárido Mineiro, que compreende o Norte de Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha, região que tem como característica marcante a diversidade de povos e comunidades tradicionais e a presença de uma agricultura camponesa de forte base comunitária, que usa e maneja recursos em diferentes unidades da paisagem, com um amplo conhecimento e uso da agrobiodiversidade, sistemas produtivos de natureza agroextrativista complexos e diversificados, que pratica a comercialização nas feiras livres e mercados locais. Chama atenção as densas redes comunitárias de solidariedade, que permitem troca e circulação de produtos entre as famílias e enfrentamento dos períodos de crise e seca.

Desde os anos 1970, extensas áreas da mata nativa da região foram substituídas por monocultivos de eucalipto para atender à demanda de carvão vegetal da indústria siderúrgica, instalada em outras regiões de Minas Gerais. Além disso, a disputa por terras entre os grandes fazendeiros e comunidades tradicionais tem resultado em conflitos violentos, causando a morte de muitos camponeses.

Na região da Serra Espinhaço, Vale do Jequitinhonha, a criação de um Parque Nacional resultou no impedimento da prática tradicional de coleta de flores, atividade de geração de renda fundamental para as comunidades camponesas da região.

Atualmente, a região vive uma corrida mineral, sendo que, entre o ano 2000 e 2013, o Departamento Nacional de Produção Mineral recebeu 3.866 requerimentos de pesquisa mineral e 203 requerimentos de lavra em localidades da região.

A mineração, os monocultivos industriais de eucalipto, a pecuária extensiva, a construção de hidrelétricas, os grandes projetos de irrigação e a criação de unidades de conservação de proteção integral sobre território dos povos e comunidades

tradicionais são os principais vetores de conflitos territoriais no semiárido mineiro, constituindo séria ameaça à reprodução dos sistemas tradicionais de uso e conservação da agrobiodiversidade.

Contraopondo a essa conjuntura uma série de entidades organizações e movimentos sociais buscam um novo modelo de desenvolvimento e de sociedade para essa região. Tendo a agroecologia e manejo sustentável dos agroecossistemas nativos como elemento básico para a construção de um novo mundo rural a partir das peculiaridades de cada território tradicionais. A construção da agroecologia nessa região tem como referência os povos e comunidades tradicionais que convivem intrinsecamente com os agroecossistemas.

Ao longo de 30 anos várias experiências bem sucedidas vem sendo desenvolvidas nessa região. O resgate, uso e conservação da agrobiodiversidade, o manejo agroextrativista de áreas de coleta e cultivo, a melhoria e garantia de acesso a água, amplo processo de formação política das comunidades, apoio ao povos e comunidades tradicionais para a retomada e proteção dos seus territórios tradicionais e acompanhamento sócio técnico as comunidades.

Recentemente foi elaborado um plano de ações estratégicas, com ampla participação social, para promover a conservação, uso e gestão compartilhada da agrobiodiversidade no semiárido mineiro, enquanto estratégia para fortalecimento da resiliência e adaptação às mudanças climáticas, assim como para a garantia do direito dos agricultores e da soberania alimentar de povos e comunidades tradicionais.



BICO DO PAPAGAIO

1. Nome do Território e Municípios que o integram

O Território do Bico do Papagaio fica no extremo norte do Estado do Tocantins e é composto pelos municípios de São Miguel do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins, Axixá do Tocantins, Augustinópolis, Araguatins, Carrasco Bonito, Itaguatins, Sampaio, Buriti do Tocantins, Esperantina, Praia Norte, São Sebastião do Tocantins.

2. Data de realização da Caravana

A Caravana da Agroecologia do Bico do Papagaio foi realizada entre os dias 8 e 10 de novembro de 2013 e promoveu visitas às experiências de organização, produção e comercialização de grupos produtivos dos municípios de São Miguel, Esperantina, Buriti, Araguatins e Carrasco Bonito.

3. Organização da Caravana

As entidades do Bico do Papagaio que organizaram e participaram da caravana foram: MIQCB, CIMQCB, AMB, COOAF-Bico, ASMUBIP, STTR de Axixá, STTR Regional, STTR de São Miguel, ABIPA, AEFA, API-MELFRE, Comunidade Quilombola Ilha São Vicente, APA-TO.

4. Número de pessoas que participaram

Participaram 50 representantes de organizações de agricultores familiares, camponeses, quilombolas, pescadores, extrativistas, artesãos e técnicos dos Estados do Tocantins, Pará, Maranhão e Amapá.

5. Breve descrição das características mais marcantes das dinâmicas de construção da agroecologia no território

Após vinte anos de intensos conflitos agrários, em meados da década de 1980, e processo de redemocratização do País, as organizações de representação da agricultura familiar na Região do Bico do Papagaio passaram a obter importantes avanços na conquista da terra através da criação de mais de 81 assentamentos rurais vinculados ao Programa Nacional de Reforma Agrária, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, em que vivem e produzem 4.578 famílias de agricultores.

Durante a década de noventa estas organizações, apoiadas pela Comissão Pastoral da Terra - CPT, pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado – FETAET e pela Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins – APA-TO, e acessando as políticas específicas para a agricultura familiar que começavam a se constituir a partir da luta das organizações, passaram a investir seus esforços em ampliar e consolidar a capacidade produtiva destas famílias recém assentadas. Estes esforços foram centrados (i) no desenvolvimento de estratégias orientadas para a ampliação de suas capacidades em garantir a segurança alimentar de suas famílias e comunidades e (ii) na produção de algum excedente para a comercialização e ampliação da sua renda monetária.

As estratégias de ampliação de segurança alimentar das famílias estiveram baseadas na produção de gêneros básicos, como, arroz, milho, mandioca, feijão e pequenos animais, principalmente para o consumo na própria propriedade, e as de comercialização estruturadas em três cadeias de valor: das frutas, inclusive nativas da região, do mel e dos diferentes produtos do babaçu, que têm como um dos seus pilares a associação da geração de renda para as famílias com a conservação da biodiversidade do Bioma Amazônico.

Neste sentido, as organizações da região têm articulado políticas públicas que contribuam para a estruturação das cadeias produtivas dos produtos agroextrativistas e agroecológicos. Com isso, inúmeras agroindústrias, com destaque para o de mel foram construídas com recursos do PRONAF Infraestrutura e PRONAT, além de projetos de cunha so-

cioambiental apoiados pelo governo e organizações não governamentais. Contudo, estas agroindústrias encontram-se fora dos padrões exigidas pela legislação sanitária ou construídas em locais inapropriados por incompreensão do poder público local, gerando novos desafios/problemas para os agricultores familiares.

Todavia, paralelamente a este processo de construção do agroextrativismo e agroecologia, baseada na produção familiar, a região ainda possui extensos latifúndios que utilizam a monocultura de capins para criação de gado de corte. Além do gado, nos últimos anos a expansão da monocultura do eucalipto e da teca vem acarretando graves conflitos socioambientais na região. Outro conflito enfrentado pela população do território do Bico é a construção da Usina Hidrelétrica de Marabá, que se for realizada inundará grande extensão de terra, e muitas experiências de agroextrativismo e agroecologia construídas nesses vinte anos.



REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

1. Nome do território e dos municípios que o integram

Região Metropolitana do Rio de Janeiro

•RJ: Baía de Sepetiba, TKCSA, Vargem Grande/Jacarepaguá/Campo Grande e Vila Autódromo (Zona Oeste), Pedra Branca (conflitos UC);

•Queimados e Nova Iguaçu: Campo Alegre (morosidade da Reforma Agrária); Feira da Roça (conflito prefeitura sobre a permanência da feira);

Magé não se efetivou como conflito na Caravana.

2. Data de realização da Caravana Agroecológica e Cultural

De 16 a 19 de novembro

3. Organização da Caravana

Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS; Rede Carioca de Agricultura Urbana; Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos – Comitê RJ; Movimento Sem Terra – MST/RJ; Rede Ecológica; ASPTA.

4. Número de pessoas que participaram da caravana

Cerca de 50 pessoas ao longo dos três dias de atividades

5. Breve descrição das características mais marcantes das dinâmicas de construção da agroecologia no território

A Caravana Agroecológica e Cultural realizada no Rio de Janeiro, entre os dias 19 e 21 de novembro de 2013, buscou evidenciar os intensos conflitos socioambientais que incidem sobre a região metropolitana do estado e representam ameaças diretas à agroecologia e à vida camponesa.

Na Região Metropolitana, priorizou-se o reconhecimento das resistências e lutas em curso diante da implantação de megaempreendimentos siderúrgicos, esportivos (Copa do Mundo e Olimpíadas), construção civil (empreiteiras), imobiliários, entre outros projetos que ameaçam a agricultura familiar nos assentamentos da reforma agrária, criminalizam os agricultores que coexistem nas unidades de conservação e impossibilitam a agricultura urbana, invisibilizada pelas políticas de ordenamento territorial em curso no estado.

O centro dos debates, na primeira parte do dia, foi composto pelas falas dos pescadores, em grande parte residentes de Santa Cruz, na zona oeste, onde são atingidos pela Siderúrgica ThyssenKrupp (TKCSA). A Baía de Sepetiba, onde está instalada a empresa, tem mais de 300 ilhas entre matas, mangues e restingas, é moradia e sustento para inúmeras famílias. Os pescadores e os representantes do PACS apontaram os diversos impactos que as comunidades estão sofrendo devido o descaso da empresa e do poder público. As denúncias não se restringem aos problemas de saúde e a poluição do ambiente, englobam ainda ameaças e pressões morais de diversas naturezas. Os pescadores, por exemplo, estão impedidos de manter suas práticas tradicionais de pesca e agricultura

A primeira experiência agroecológica percorrida foi o quintal agroecológico e urbano da Dona Lena, em Guaratiba: plantas medicinais e frutíferas, dentre outras. Uma roda de conversa possibilitou a troca de saberes e práticas sobre o assunto. A Rede de Economia Solidária e a Rede Comunitária de Agricultura Urbana animaram o debate. Em pequenos potes, na laje de casa e em pequenos canteiros, o aproveitamento de espaços na cidade para cultivar alimentos de forma agroecológica resgata práticas culturais relacionadas à agricultura e à saúde, gera

renda para as famílias e estimula práticas comunitárias de partilha de conhecimentos. O trabalho de Dona Leda está ligado a RedeFitovida e sua comunidade através da Pastoral da Criança, estimulando a agricultura urbana, o combate à desnutrição infantil e a difusão dos fitoterápicos.

Outra experiência interessante em Campo Grande, também na zona oeste, que recebe alimentos da agricultura familiar através da Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). As crianças mostraram como é a dinâmica da alimentação nas escolas, trazendo como pano de fundo todo o debate sobre os mecanismos políticos corruptos que envolvem a precariedade da merenda na rede pública municipal e a dificuldade de acesso dos agricultores locais à política pública. Outra questão central neste território é que o Plano Diretor extinguiu as zonas rurais do município, isso significa que a prefeitura não leva em conta os agricultores, que ficam sujeitos ao pagamento de impostos urbanos, como o IPTU.

Seguindo para Vargem Grande, também na zona oeste, a caravana foi recebida por lideranças e agricultores do Maciço da Pedra Branca, que expressaram os conflitos e riquezas das experiências locais. O conjunto de montanhas, assim denominado por causa de sua montanha mais alta, abriga o Parque Estadual da Pedra Branca, maior floresta urbana no mundo. É no entorno e em áreas do Parque, instituído em 1974, que agricultores (as) têm se mobilizado pelo reconhecimento da prática agrícola realizada em espaços da cidade e sua inserção no âmbito das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. A região foi por muito tempo polo de abastecimento agrícola da capital e, hoje, a atividade persiste e detém relevância econômica e social para a manutenção dessas famílias. Devido às pressões, muitos venderam suas propriedades, que hoje são grandes condomínios residenciais.

No local foram visitados alguns quintais produtivos com alimentos agroecológicos. A produção de banana, hortaliças, caqui e a riqueza das garrafas e preparados medicinais nos quintais repletos de espécies traz para a Caravana o debate sobre a produção baseada nos Sistemas Agroflorestais. Atividades Culturais marcaram o dia de Zumbi, representando a diversidade cultural do Rio de Janeiro, um território onde traços da cultura negra, os saberes dos sertanejos urbanos e as demais influências culturais, se misturam.

O Assentamento de Campo Alegre, em Queimados, uma das primeiras ocupações do estado e marca a luta pela terra e reforma agrária, e a Feira da Roça de Nova Iguaçu, foram as referências das experiências visitadas e debatidas no último dia Caravana. Foi possível conhecer como as organizações locais estão fortalecendo a agroecologia e promovendo o papel da juventude no local, compreender os processos de resistência que mantém a Feira de Nova Iguaçu que sofre com as mudanças políticas locais e observar experiências agroecológicas construídas em lotes que enfrentam a fragilidade da política agrária no estado.

A visibilização dos conflitos territoriais, o fortalecimento da parceria entre o movimento de pescadores e os agricultores (unidade), a aproximação com os comunicadores populares atuantes do Rio de Janeiro e a articulação das diversas dimensões pelas quais a agroecologia interage e enfrenta os conflitos e as ameaças que marginalizam o povo, na construção de sistemas societários alternativos foram algumas das principais conquistas da Caravana.



EXTREMO SUL DA BAHIA



O Território Extremo Sul da Bahia é constituído por 21 municípios: Alcobaça, Belmonte, Caravelas, Eunápolis, Guaratinga, Ibirapuã, Itabela, Itagimirim, Itamaraju, Itanhém, Itapebi, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Porto Seguro, Prado, Santa Cruz Cabralia, Teixeira de Freitas e Vereda. Tem uma área total de 30.667,49 Km² nos quais residem 760.206 habitantes. Seus limites geográficos são o Rio Jequitinhonha ao norte, o Estado do Espírito Santo ao sul, o Estado de Minas Gerais a oeste e o Oceano Atlântico a leste. O clima é tropical úmido, com pluviosidade média acima de 1.200 mm/ano.

Até a década de 50 os ecossistemas da região foram pouco impactados pela ação antrópica. A partir deste período se inicia o segundo ciclo de exploração madeireira (o primeiro foi o do Pau Brasil nos primórdios da colonização portuguesa), atividade que reduziu a Mata Atlântica a menos de 5% em três décadas. Sucedendo a floresta foram sendo implantadas atividades impactantes de monoculturas de cana-de-açúcar, eucalipto e pastagens extensivas, atualmente ocupando cerca de 80% do território.

A diversidade biológica da região é uma das maiores do mundo. A predominância original é de Mata Atlântica higrófila densa, associada às áreas de campos, restingas e manguezais. Neste território estão cinco áreas de enorme importância para a biodiversidade: Parque Nacional do Monte Pascoal, Parque Nacional do Descobrimento, Parque Nacional do Pau Brasil, Parque Nacional do Alto Cariri e o Parque Marinho de Abrolhos.

Nos últimos 20 anos o modelo de desenvolvimento adotado nesta região priorizou a implantação de monoculturas extensivas com pastagens, cana-de-

-açúcar e o eucalipto. Esta última, a mais problemática em função de necessitar de extensas áreas, de sua pressão exercida sobre as populações locais e aos recursos naturais remanescentes.

Nos vales dos Rios Jucuruçu e Itanhém encontra-se uma população rural estimada em 40.000 pessoas, sendo 80% constituída de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e indígenas da etnia Pataxó. Estas comunidades têm como atividades econômicas básicas a implantação de roçados anuais de milho-feijão-mandioca, a bovinocultura mista e os sistemas agrofloretais tradicionais de cacau, café e banana, desenvolvidos em propriedades rurais com média de 20 hectares.

As unidades familiares têm em sua totalidade uma diversidade de sistemas produtivos que visa atender as várias necessidades da família e aos mercados locais. Nesse conjunto, os cultivos arbóreos tradicionais de cacau, café e banana exercem uma importância que extrapola o âmbito monetário sendo um importante e complexo arranjo de espécies com múltiplos usos que prestam significativos serviços ambientais à região por incorporarem espécies nativas da mata atlântica.

Em 2006, a partir de uma articulação regional das experiências em agroecologia foi criada a Rede de Agroecologia e Agricultura Familiar do Extremo Sul da Bahia com a participação de 14 organizações da agricultura familiar e indígena Pataxó. Esta Rede ampliou a capacidade das organizações em realizar atos de enfrentamento ao agronegócio no território de forma articulada nos diferentes espaços de debate como conselhos, fóruns, audiências e escutas públicas.

A estratégia de fomentar espaços para debate e reflexão juntamente com a capacitação de lideranças comunitárias nos mais variados temas tem garantido a Rede um lugar de destaque no cenário regional como proponente de ações que aumentem a sustentabilidade dos sistemas produtivos familiares. Aliado a isso, a gestão de Fundos Rotativos Solidários com a participação de mais de 400 famílias com diferentes iniciativas que promovam a segurança alimentar, a autonomia financeira e o acesso aos mercados locais tem garantido as organizações que compõem a Rede avanços significativos na construção da agroecologia no Território.

RN/CE

CHAPADA DO APODI

1. Nome do território e dos municípios que o integram

A Chapada do Apodi está localizada na divisa dos estados do Rio Grande do Norte e do Ceará. No estado do Rio Grande do Norte é formada por quatro municípios: Apodi, Baraúna, Felipe Guerra e Governador Dix-Sept Rosado. No estado do Ceará está distribuída por cinco municípios: Alto Santo, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Quixeré e Tabuleiro do Norte.

2. Data de realização da Caravana Agroecológica e Cultural

De 23 a 26 de outubro de 2013.

3. Organização da Caravana

Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi; Comissão Pastoral da Terra; Marcha Mundial de Mulheres; Coopervida; Centro Terra Viva; SEAPAC; MST; CUT; Núcleo Sertão Verde; Núcleo Tramas Caritas Limoeiro; ASA – Articulação no Semiárido Brasileiro e ANA – Articulação Nacional de Agroecologia.

4. Número de pessoas que participaram da caravana

A Caravana Agroecológica e Cultural da Chapada do Apodi contou com a participação de mais 350 pessoas divididas entre delegados, organização e apoio.

5. Breve descrição das características mais marcantes das dinâmicas de construção da agroecologia no território

A Chapada do Apodi, localizada na divisa do Rio Grande do Norte e do Ceará, desde os anos 2000, sofre um processo de desterritorialização iniciado na sua parte cearense devido à implantação de grandes empresas transnacionais e nacionais de fruticultura para exportação que se instalaram a partir do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi. Esse processo de modernização agrícola nessa região trouxe implicações para o trabalho, o ambiente e a saúde: desapropriações; violência; comprometimento da segurança alimentar; mudanças nas práticas sociais e laços de vida comunitária; formação de “favelas” rurais; descumprimento da legislação trabalhista, redução da biodiversidade, degradação do solo pela monocultura e risco de desertificação; contaminação do ar e de águas superficiais e subterrâneas por fertilizantes e agrotóxicos.

Dentro de um processo histórico de luta e organização de movimentos sociais, a parte do RN da Chapada se faz hoje conhecida em todo o país como um território agroecológico de várias experiências exitosas, com destaque para a apicultura e a caprinocultura, seguidas da ovinocultura, plantação de feijão, milho e sorgo, criação de bovinos, quintais produtivos, pomares e plantações de hortaliças. O município de Apodi-RN é o 2º maior produtor de mel do país e o maior do estado do RN em caprinovinocultura.

Em 10 de junho de 2011, o governo federal decretou a desapropriação de mais de 13 mil hectares de terras do lado potiguar da Chapada, onde vivem mais de 800 famílias, para dar lugar à instalação do Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi, proposto pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), evidenciando uma política de irrigação em benefício da expansão do agronegócio, a exemplo do que ocorre na Chapada do lado cearense.

A disputa pelo modelo de desenvolvimento rural que se quer para o município é pautada na agroecologia, porque essa alternativa contempla uma maneira mais justa e sustentável de convivência com o semiárido. O trabalho de desenvolvimento e defesa da agricultura familiar e de economia solidária é de fundamental importância para a oposição ao modelo do agronegócio.

Portanto, entre as várias ações de resistência ao projeto do DNOCS, o movimento de mulheres é essencial desde a capacitação para produção de renda ao engajamento e organização da luta. Diversos movimentos sociais estão unidos realizando seminários, atos de rua, dossiê de denúncia e articulações junto ao Ministério Público para reformular o modelo proposto pelo DNOCS. Neste esforço, destacamos o Acampamento Edivan Pinto, maior acampamento do MST do Brasil, com mais de 700 famílias, que ocupa as terras que deverão ser entregues as empresas para produção de monoculturas no perímetro.

A Caravana Agroecológica e Cultural somou forças nesta luta para dizer não ao projeto neoliberal de desigualdade, exploração e exclusão e reafirmou a defesa de uma agricultura familiar pautada nos princípios da Agroecologia, Economia Solidária e Soberania Alimentar



OESTE DE SANTA CATARINA



1. Nome do território e dos municípios que o integram

Oeste Catarinense, desde a fronteira da Argentina até a região serrana do estado.

2. Data de realização da Caravana Agroecológica e Cultural

18 a 20 de outubro 2013.

3. Organização da Caravana

Movimentos da Via Campesina e Rede Ecovida de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

4. Número de pessoas que participaram da caravana

No trecho de Erechim passando por Santa Catarina até Curitiba, participaram em torno de 80 pessoas, sendo que uma parte foi percorrendo os territórios e outra parte são as pessoas dos locais onde a caravana fez as paradas.

5. Breve descrição das características mais marcantes das dinâmicas de construção da agroecologia no território

Neste território busca-se trabalhar a agricultura camponesa, agroecológica, que tem como base a produção de alimentos saudáveis, recuperação de sementes crioulas, resgate de plantas medicinais. Tudo isso em resistência ao modelo de agricultura convencional, que é muito forte nesta região do estado e torna os agricultores(as) integrados na produção de frango, suínos, leite e fumo. Este sistema, faz com que as famílias camponesas percam sua autonomia para produzirem alimentos saudáveis e diversificados.



BA

CARAVANA AGROECOLÓGICA E CULTURAL DA BAHIA

.....

1. Nome do território e dos municípios que o integram

A Caravana Agroecológica e Cultural da Bahia aconteceu com a articulação dos Territórios do Sisal, da Bacia do Jacuípe e do Território do Piemonte da Diamantina. O ponto de concentração foi na cidade de Conceição do Coité, localizada no Território do Sisal.

2. Data de realização da Caravana Agroecológica e Cultural

De 25 a 27 de março de 2014.

3. Organização da Caravana

Articulação de Agroecologia da Bahia (AABA), que é integrada pelo Movimento de Organização Comunitária (MOC), Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP), Caritas NE III, Instituto de Permacultura da Bahia (IPB), Terra Viva, Fundação APAEB, COFASPI, FASE Bahia, Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), Centro de Assessoria do Assuruá (CAA), Rede Moinho e Ascoob.

4. Número de pessoas que participaram da caravana

A Caravana Agroecológica e Cultural da Bahia contou com a participação de mais 300 pessoas, entre participantes, representantes das organizações e apoio.

5. Breve descrição das características mais marcantes das dinâmicas de construção da agroecologia no território

A população total do Território do Sisal é de 582.331 habitantes, dos quais 333.149 vivem na área rural, o que corresponde a 57,21% do total. Possui 58.238 agricultores familiares, 2.482 famílias assentadas, 2 comunidades quilombolas e 01 terra indígena. Seu IDH médio é 0,60.

Destes, 63% residem em áreas rurais, ocupando cerca de 65 mil estabelecimentos rurais. Noventa e três por cento dos estabelecimentos são de base familiar. Quase 10% dos agricultores familiares da Bahia se acham neste território, dos quais aproximadamente 68% são classificados como praticamente sem renda.

O território apresenta uma vegetação bem diversificada, formada por plantas resistentes e adequadas ao clima seco e árido como simbolicamente é o sisal. As condições edafoclimáticas aliadas à histórica concentração da propriedade fundiária e da água além da falta de investimentos, tanto na atividade agrícola como em outros setores que dinamizam a economia, resultaram em baixa remuneração do trabalho agrícola, desemprego, difíceis condições de vida, emprego de mão-de-obra infantil e esforço de toda a família para a sobrevivência nas propriedades rurais da agricultura familiar. Além das atividades de exploração do sisal, que enfrentou um período de decadência após os anos 70, a base econômica é a pecuária extensiva e a agricultura familiar de subsistência, sujeita a longos períodos de seca que ciclicamente atingem a região. Nos últimos anos tem se implementado de forma muito intensa e desordenada a exploração de minerais em muitos municípios, o que vem causando graves desastres ambientais e interferência na vida das comunidades rurais e de agricultores e agricultoras, que além dos males trazidos pelas mineradoras estão deixando a vida da agricultura para se tornarem empregados das grandes empresas e até mesmo realizando a mineração de forma clandestina em suas propriedades. Ainda assim, a agricultura familiar é uma das principais atividades econômicas da região.

Nesta perspectiva a Caravana Agroecológica e Cultural da Bahia teve como objetivo pautar a Agroecologia como modelo de desenvolvimento

sustentável em contraponto ao agronegócio, centrado nas monoculturas, no uso abusivo de agrotóxicos e na crescente concentração da terra e degradação dos recursos naturais.

Marcada pelas visitas às experiências agroecológicas, a Caravana foi dividida em 3 Rotas pelos Territórios do Sisal, Bacia do Jacuípe e Piemonte da Diamantina. A Rota Verde visitou o Banco de Sementes, em Serrinha (BA), e a propriedade agroecológica da família de Abelmanto, agricultor experimentador em transição agroecológica. A Rota Vermelha visitou experiências de luta pela terra, comercialização e economia solidária nos municípios de Cansanção e Monte Santo (BA). A Rota Lilás visitou a Feira Agroecológica em Jacobina (BA), a Escola Família Agrícola de Jaboticaba e Grupo de Mulheres Produtoras, em Quixabeira (BA).

Ao final, um ato público com concentração no Centro Comercial da cidade chamou atenção da população para temas relacionados ao uso dos agrotóxicos, direitos da mulheres, economia solidária, acesso à terra e soberania e segurança alimentar e nutricional.



REGIÃO SUL

1. Nome do território e dos municípios que o integram

Região Sul do Brasil “Dinâmicas de Abastecimento e Construção Social de Mercados”.

Municípios que as rotas passaram: MAQUINÉ/RS, TRÊS FORQUILHAS/RS, TRÊS CACHOEIRAS/RS, ERECHIM/RS, TORRES/RS, PRAIA GRANDE/SC, CURITIBANOS/SC. As caravanas se encontraram em CURITIBA/PR.

As caravanas passaram por alguns municípios que fazem parte da Rede Ecovida de Agroecologia e do circuito de comercialização. Fazem parte do circuito muitos outros municípios dos três estados.

2. Data de realização da Caravana Agroecológica e Cultural

A Caravana da região sul se realizou do dia 18 a 21 de Novembro de 2013.

3. Organização da Caravana

ANA, Rede Ecovida de Agroecologia, MMC e Terra de Direitos

4. Número de pessoas que participaram da caravana

Em todas as atividades da caravana mais de 2000 pessoas se envolveram, municípios que receberam as caravanas e o grande ato público em defesa da agricultura familiar e camponesa, que aconteceu em Curitiba.

5. Resumo

A Caravana Agroecológica do Sul visou mobilizar as organizações do campo agroecológico em torno do

tema “Dinâmicas de Abastecimento e Construção Social de Mercados”.

A Região Sul conta com uma expressiva produção ecológica e em decorrência disso, vêm sendo construídas diversas estratégias de abastecimento e comercialização: Feiras, Mercado Institucional, Circuito Sul de Comercialização, Cooperativas de comercialização, Cooperativas de Consumidores, Box Agroecológico na Ceasa, Empreendimentos Econômicos Solidários, Agricultura Urbana, Turismo Rural, Lojas Virtuais, entre outras.

A Agroecologia vem desconstruindo a visão de que não é possível comercializar fora do grande varejo concentrador e excludente, de que é utopia pensar em mercados que não sigam a lógica da competição e da exploração. Assim, busca um mercado alternativo para os produtos ecológicos, democratizando o acesso e popularizando o seu consumo, em contraposição à proposta elitista dos nichos de mercado. Vem construindo novas formas de distribuição e circulação da produção da agricultura familiar e camponesa, através de dinâmicas que aproximam os atores sociais do campo e da cidade. Privilegiando as formas diretas e em rede nos mercados locais e regionais, com ênfase na economia solidária, promove o consumo consciente e responsável.

A Caravana Agroecológica do Sul aconteceu num momento em que o PAA vem sofrendo ataques e tentativas de desmoralização, através da chamada Operação Agrofantasma, que busca investigar presumidas irregularidades na operacionalização do PAA no estado do Paraná, resultando na prisão de 10 agricultores e de um funcionário da CONAB do Paraná.

No Brasil o processo intenso de concentração deste setor é alarmante, principalmente após a ascensão neoliberal nos anos 1990, cuja política de abertura para o capital internacional permitiu condições vantajosas para a entrada das grandes redes no país. Assim, o Estado transferiu a responsabilidade do abastecimento alimentar para as mãos de oligopólios globais controlados pelo capital financeiro. Atualmente, três grupos competem pelo domínio do mercado nacional: Carrefour, Wal-Mart e Pão de Açúcar, responsáveis por cerca de 60% do faturamento do segmento. Destas três, apenas uma é de origem brasileira, o Grupo Pão de Açúcar, mas que já possui 50% de seu controle em mãos do Grupo Casino, francês.

Este domínio leva ao controle da distribuição e da influência na relação com o consumidor, afetando diretamente os padrões, normas e procedimentos para os fornecedores de alimentos e matéria prima, gerando exclusão dos segmentos menos estruturados e com produção de menor escala.



ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS



1. Nome do território e dos municípios que o integram

Zona da Mata de Minas Gerais

Municípios: Abre Campo, Acaiaca, Alto Caparaó, Alto Jequitibá, Caiana, Caparaó, Carangola, Coimbra, Diogo de Vasconcelos, Divino, Ervália, Espera Feliz, Fervedouro, Guidoal, Manhumirim, Matipó, Miradouro, Miraí, Muriaé, Orizânia, Paula Cândido, Pedra Dourada, Ponte Nova, Raul Soares, Rosário da Limeira, Sem Peixe, Simonésia, Viçosa, Visconde do Rio Branco.

2. Data de realização da Caravana Agroecológica e Cultural

De 22 a 25 de maio de 2013.

3. Organização da Caravana

O CTA-ZM liderou o processo de mobilização dos atores sociais envolvidos com a agroecologia na região, para a preparação da caravana. Foi formada uma comissão organizadora nacional, com membros da Zona da Mata e da Coordenação da ANA e também uma comissão organizadora regional.

Participaram da organização da Caravana:

Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STRs; Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura Familiar – SINTRAFs; Escolas Família Agrícola – EFAs Puris (Araponga) e Paulo Freire (Acaiaca); Movimentos dos Atingidos por Barragens – MAB; Movimento dos Sem Terra – MST; Comissão Pastoral da Terra – CPT; Movimentos de Mulheres da Zona da Mata e Leste de MG; Pastoral da Juventude Rural – PJR;

Associações e Cooperativas de Agricultores Familiares; Fórum Mineiro das Entidades Negras – FOMENE, Grupos da Cultura Popular; Programa Teia / Universidade Federal de Viçosa – UFV, dentre outros.

4. Número de pessoas que participaram da caravana

300 pessoas, sendo 50 visitantes e 250 pessoas da região. No ato público em Espera Feliz havia cerca de 600 pessoas. Foram realizados atos públicos, caminhadas, debates e outros eventos nas ruas e praças de diversas cidades, onde participaram outras 400 pessoas.

5. Resumo

A região da Zona da Mata (ZM) tem como características a topografia do “mar de morros”. A presença forte da agricultura familiar e uma forte rede de organizações e movimentos sociais.

A luta pelo acesso à terra é uma questão presente. Existem diferentes experiências de conquista de terra protagonizadas pelos movimentos na região: ocupação (MST), crédito fundiário (movimento sindical) e conquista em conjunto (grupo de Araponga). A região é afetada pela construção de barragens e hidroelétricas. Há uma presença importante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

A extração de bauxita (recurso mineral utilizado para fabricação de alumínio). está instalada no território. Há também a passagem de minerodutos que escoam o minério de ferro desde a região próxima a Belo Horizonte, até os portos no litoral. Os minerodutos são construídos em sua maior parte dentro de APPs (áreas de preservação permanente), e causam grande impacto. Há presença de monoculturas, principalmente de café, pastagens e eucaliptos. O Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) é uma referência importante. Sua constituição foi em 1996 e o grande dilema foi o conflito gerado pela ameaça de desapropriação de centenas de famílias. Houve forte mobilização liderada pelos sindicatos de trabalhadores rurais, que levou a um recuo do IEF – Instituto Estadual de Florestas, reduzindo a área do parque, garantindo a permanência das famílias em suas terras. A alternativa encontrada foi a Agroecologia, especificamente a implantação de Sistemas Agroflorestais – SAFs, que se mostraram extrema-

mente eficientes no binômio produção – conservação nas áreas de entorno do PESB.

As associações e cooperativas tem acessado o PAA e a PNAE, e é perceptível o aumento e a diversificação da produção, com fortalecimento da agroecologia pelo acesso ao mercado via estes dois programas.

O protagonismo das mulheres tem sido evidenciado pela conquista de espaços dentro das organizações da agricultura familiar. Além de todas as tarefas assumidas pelas mulheres nas casas, as atividades produtivas nos quintais e lavouras, hoje muitas são presidentas e diretoras dos Sindicatos, Associações e Cooperativas. Apesar dos avanços com relação à conquista de direitos, ainda é preciso avançar muito em participação e valorização do papel das mulheres no contexto da agricultura familiar e da agroecologia.

É marcante na região a presença de grupos culturais com origem Afro e indígena: Congados, Caxambu e outras manifestações. Estes grupos sofrem ainda muitos preconceitos.

Apesar de todas estas ameaças, centenas de famílias resistem e reafirmam a agroecologia, com o uso de sementes crioulas, cultivos com SAFs, quintais diversificados, manejo dos solos, uso de plantas medicinais, homeopatia e uma quantidade enorme de práticas que valorizam o conhecimento ancestral e respeitam a Mãe Terra no Território da Zona da Mata Mineira.



SERTÃO DO SÃO FRANCISCO

1. Nome do território e dos municípios que o integram

Território do Sertão do São Francisco é formado pelos municípios de Curaçá, Canudos, Casa Nova, Campo Alegre de Lourdes, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sobradinho, Sento Sé e Uauá.

2. Breve descrição das características mais marcantes das dinâmicas de construção da agroecologia no território

O Território Sertão do São Francisco coincide com o território da Diocese de Juazeiro, somando o município de Canudos que faz parte da Diocese de Paulo Afonso. O trabalho pastoral dessas dioceses, desde a década de 1970, vem contribuindo muito para a formação política e de identidade desse território, animado por D. José Rodrigues, conhecido como “O Bispo dos Excluídos”, tendo como base as comunidades eclesiais de base, CEBs e a valorização e o empoderamento dos leigos. Na década de 1970 o território estava sendo impactado pelo primeiro grande projeto: a construção da represa do lago de Sobradinho, na época o maior lago artificial do mundo em extensão. O projeto impactou a vida de 70 mil famílias, em quatro municípios, que foram abandonados à própria sorte.

O Território da Cidadania Sertão do São Francisco abrange uma área de 61.750,70 Km² e é composto por 10 municípios: Uauá, Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé e Sobradinho. A população total do território é de 520.782 habitantes, dos quais 148.122 vivem na área rural, o que cor-

responde a 28,44% do total. Possui 31.768 agricultores familiares, 2.371 famílias assentadas, 1 comunidades quilombolas e 1 terras indígenas. Seu IDH médio é 0,64.

O Território tem duas realidades: As áreas nas margens do Rio São Francisco e do Lago de Sobradinho e às áreas de sequeiro dependentes de chuva.

Nesse território a principal luta é pela defesa da terra, da água e do território, pela manutenção da caatinga em pé e pela vida do rio. Situado na depressão sertaneja, com chuvas médias de 450 mm por ano. A principal atividade das comunidades tem sido a criação de animais (cabras, ovelhas e abelhas) em pasto nativo e a coleta de frutas, principalmente umbu e maracujá do mato. Para essa atividade de pastoreio e extrativismo as comunidades desenvolveram um sistema de uso coletivo das terras, denominado como Fundos de Pasto. A partir desse uso desenvolveram toda uma cultura ambiental, social, econômica ecológica que tem permitido a vida dessas comunidades há três séculos.

Hoje essas comunidades são reconhecidas como Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto. As terras, como na maior parte do Nordeste e do Brasil são terras devolutas, ainda não regularizadas pelo estado, o que permite uma grande pressão de grileiros sobre essas comunidades com o intuito de vender essas terras para as empresas de mineração, carvoaria, energia eólica e projetos de irrigação.

As comunidades ribeirinhas estão sendo expulsas para dá lugar às empresas de irrigação para produção de frutas, açúcar e álcool para exportação. As famílias que permanecem são obrigadas a adotar o sistema de produção do agronegócio. A região tem um dos maiores índices de câncer do Brasil. Os pescadores que estão no lago, onde a água não é corrente, estão sendo induzidos pelo estado a cultivar peixes em gaiolas e alimentá-los com soja transgênica, no mesmo sistema das granjas de frango e porcos.

A luta pela preservação da caatinga e pela permanência das comunidades tradicionais no campo, passa pela valorização do bioma e de sua gente, tido historicamente como região problema e povo sem perspectiva. Nesse território se iniciou tra-

balho de construção do conceito de Convivência com o Semiárido em contra posição ao conceito de Combate a seca e ao conceito de convivência com a seca.

As comunidades resistem. Estão buscando o auto reconhecimento enquanto comunidade tradicional e exigindo a regularização de suas terras; desenvolvendo e implantado tecnologias para captação da água da chuva para o consumo e para a produção; buscando aprimorar as técnicas de uso, conservação e recuperação da caatinga. A prática de coleta e beneficiamento do umbu tem sido um marco na divulgação da sustentabilidade do Semiárido e do seu povo.

Outra linha de ação é a construção de uma proposta de educação pública contextualizada, que apresente o semiárido e seu povo dentro de um contexto positivo, propositivo, onde a pessoa possa de fato conhecer as potencialidades, os desafios e as limitações do Bioma Caatinga e de sua estrutura social. Seja no campo ou na cidade a pessoa tem direito a conhecer e interagir com o sem meio. Estamos buscando a adesão dos municípios para a criação de leis que criem diretrizes educacionais contextualizadas e garantam a formação pedagógica continuada das professoras e a elaboração de material didáticos contextualizados.

Acesso e gestão da terra, da água e do conhecimento são à base para o bem viver no território Sertão do São Francisco.

The background is a watercolor mosaic of irregular, teardrop-shaped tiles in various colors including shades of green, yellow, orange, and brown. A solid green circle is centered on the page, containing the text 'SEMINÁRIOS TEMÁTICOS' in white, bold, italicized capital letters.

***SEMINÁRIOS
TEMÁTICOS***

01

LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA E RECONHECIMENTO DOS TERRITÓRIOS DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Composição da comissão

organizadora e da coordenação do seminário:

Coordenação: Maria Emilia Pacheco (FASE/Núcleo Executivo da ANA) e Francisco Daal Chiavon (Chicão (Coordenado Nacional do MST)
Clodoaldo Ramos Pontes(CNS)
Sergio Sauer (UNB- Faculdade de Planaltina)
Darci Frigo (Terra de Direitos)
Paulo Pestana (Alternativas para a pequena agricultura no Estado de Tocantins -APA-TO)
Fábio Pacheco (Associação Agroecológica Tijupá)

Ementa

Apesar das demandas históricas e das mobilizações sociais recentes, e da inclusão da reforma agrária e dos direitos territoriais em instrumentos governamentais como o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (diretrizes 2 e 4) e o Plano Nacional de Agroecologia e produção Orgânica (estratégia do eixo 02, objetivo 03), o Brasil vem vivenciando um processo de desaceleração – se não de total paralisia – das ações do Estado voltadas para o assentamento de famílias trabalhadoras sem terras, e do reconhecimento de direitos territoriais de povos indígenas e comunidades tradicionais. Esta paralisia é resultado de uma combinação de fatores históricos, econômicos, sociais, políticos como, por exemplo, a crescente demanda (externa) por commodities (matérias primas) agrícolas e não agrícolas, os projetos do PAC e as opções macroeconômicas de Governo com a aposta na expansão do agronegócio como forma de manter a balança comercial e o crescimento econômico.

Esses fatores provocam o aumento da demanda por terras e territórios – tanto via expansão das fronteiras agrícolas, sobreposição de Unidades de Conservação de Proteção Integral em territórios de povos indígenas e comunidades tradicionais, como pelas disputas de terras em regiões consolidadas – resultando em oposição de setores do agronegócio e seus representantes nas diversas esferas de Governo a qualquer reconhecimento de direito que ameace esta lógica de acumulação. Nesse contexto há uma ofensiva da Bancada Ruralista no Congresso Nacional, visando retirar direitos constitucionalmente assegurados.

A falta de acesso à terra e território gera violações ao direito humano à alimentação adequada e saudável desses povos e comunidades tradicionais. Diante disto é fundamental aprofundar a compreensão do contexto e debater: quais são os desafios para as organizações que lutam pela terra/território e pelo reconhecimento e proteção da sociobiodiversidade? Quais são as perspectivas de avanço no reconhecimento de direitos dos povos e comunidades tradicionais? Que experiências concretas nos indicam caminhos para garantia do direito humano à alimentação, e promoção da agroecologia?

Título das experiências

- Experiência na Amazônia sobre processo de criação de Reservas Extrativistas, como território coletivo das populações extrativistas, município de Gurupá, Estado do Pará. Expositor: José Ivanildo Gama Brilhante;
- Experiência do assentamento Terra Vista do MST, município de Arataca, área do cacau, Estado da Bahia. Expositor: Joelson
- Experiência de luta de uma comunidade quilombola, povoado do Prata, município S. Félix do Jalapão, Estado do Tocantins. Expositora: Maria Aparecida de Souza

Gestores públicos convidados

- César Aldrighi – Diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos do INCRA;
- Roberto Vizentin – Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO)

02

AGROECOLOGIA, ABASTECIMENTO E CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADOS

Ementa

O seminário tem o objetivo de debater o tema de acesso a mercados e consumo nas práticas agroecológicas rurais e urbanas, partindo da atual conjuntura. Para esta contextualização inicial serão levantados os recentes episódios de criminalização do PAA e do recuo desta política, como no caso da prisão de agricultores no Paraná, para uma postura ativa frente as dificuldades enfrentadas. Também será resgatado a construção, desdobramentos e realizado um balanço do Encontro de Diálogos e Convergências, em especial sobre o tema da articulação das práticas da economia solidária, agroecologia e soberania alimentar nos territórios, em 2011.

A partir das experiências a serem apresentadas será proposto um debate sobre algumas questões: Como ocorre a relação entre o rural e o urbano? Quais os seus desafios? Como a experiência acessa e propõem novas relações de mercado e com o consumidor? Como efetiva o abastecimento e a construção de circuitos curtos de produção, comercialização e consumo?

Espera-se que a contextualização e as experiências possam elucidar o cenário e dar abertura para traçar novos desafios da proposta agroecológica e da sua efetivação, como alternativa para a produção, comercialização e consumo em práticas territoriais, sejam elas acessando mercados institucionais, grupos de consumidores responsáveis, pequeno varejo local, feiras, entre outros. Vale destacar que o tema é fundamental para que a agroecologia possa ser vista como importante para a sociedade, na medida em que está disponível ao consumidor, e este possa

compreender em como tais práticas garantem saúde, promovem trabalho, renda e soberania alimentar às comunidades locais.

Experiências

1. ACEVAM - SC
2. Rede Moinho e Coopercuc - BA
3. MICC - SP

Composição da comissão organizadora e da coordenação do seminário

FBSSAN, FBES, Tijupá, Rede Ecovida

Convidados

Arnoldo de Campos – MDS/ Câmara interministerial
João Intini - CONAB
MDA (a confirmar)

03

AGRICULTURA URBANA: SEMEANDO A AGROECOLOGIA NAS CIDADES

Ementa

A agricultura urbana e periurbana (AUP) contempla a produção de insumos agropecuários, as práticas de cultivos e beneficiamento agrícolas e criações de animais nas cidades e nos seus entornos e está presente em todas as regiões metropolitanas brasileiras, com importância para o abastecimento e para a segurança alimentar e nutricional, contribuindo para a constituição de ambientes saudáveis.

Ainda que seja uma prática social de grande relevância, inexistente uma política nacional adequada à AUP. Nos estados e municípios, a situação é quase a mesma, com poucas referências de políticas de incentivo. O Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome (MDS), que havia dado início à construção de uma política nacional de AUP, em 2014, de maneira arbitrária e não dialogada com a sociedade civil, decidiu acabar com as ações no campo da AUP e desviou os recursos que estavam destinados.

O seminário de AUP que tem por objetivo atualizar o debate sobre a AUP no Brasil, apresentando experiências concretas, de resistência nos territórios e formular propostas de ações para remobilizar a AUP no MDS, junto à Caisan e de fazer pressão para que a AUP volte com destaque na PNAPO e no PLANAPO. Tem o objetivo também de fortalecer a interação entre atores da sociedade civil com experiências concretas de agricultura urbana nos territórios, colocando a seguinte questão: como fortalecemos nossas articulações no plano nacional em torno das experiências e organizações que atuam com AUP?

Experiências

1. A experiência da Rede Carioca de Agricultura Urbana: Lugares de Resistências, lutas e Identidades Agroecológicas.
2. Agricultura Urbana em Floripa – CEPAGRO
3. Agricultura Urbana em BH - AMAU

Comissão organizadora:

Marcio Mattos de Mendonça - AS-PTA / FBSSAN; Daniele Sanfins, Claudemar Matos, Renata Deprá - AS-PTA; Lorena Anahi e Luana - REDE-MG; Marcos José de Abreu - CEPAGRO / CONSEA-SC / FBSSAN; Bernardete Montesano - Rede Carioca de Agricultura Urbana; Daniela Almeida - AUÊ / FBSSAN; Nathan e Dani Moura - AUÊ; Chris - Polis / FBSSAN.

Coordenação

Marcio Mattos de Mendonça (Coordenador do programa de Agricultura Urbana da AS-PTA).

Convidados

- Bruno C. Cavalcanti (RMSP/Embú das Artes- SP) ;
- Sheila Bezerra (Fórum de Mulheres de Pernambuco/ SOS Corpo- Recife/PE);
- No (FBSSAN e GT do CONSEA);
- Centro Sabiá.
- Caisan
- MDS (Arnoldo Campos)
- PNAPO / MDA
- Ministério da Ciência e Tecnologia
- Ministério das Cidades
- Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário - SEDES da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (Ana Asti)

04

COMUNICANDO UM BRASIL AGROECOLÓGICO

Ementa

O seminário visa discutir de que forma a Comunicação pode ser utilizada como estratégia política junto aos movimentos sociais, especificamente, os relacionados à Agroecologia. Objetiva refletir acerca de experiências que compartilhem a percepção da comunicação como mobilização social, como possibilidade de intervenção da sociedade civil junto às políticas públicas e como instrumento de resistência ao agronegócio e às grandes obras que interferem negativamente na vida da população do campo.

A Agroecologia dialoga com a Comunicação na perspectiva dos intercâmbios de experiências, da produção de conhecimento, da valorização dos saberes locais. Comunicar um Brasil Agroecológico é, assim, estimular o debate sobre a articulação de uma comunicação em rede, que integre participantes de diferentes territórios com um propósito comum. Nesse sentido, além de divulgar e de produzir instrumentais, a comunicação pode atuar para fortalecer o movimento agroecológico, facilitando o espaço de interlocução entre o mesmo e a sociedade.

A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), aprovada em 2012 por meio do decreto 7.794, representa uma conquista dos movimentos do campo, fruto de ações que muitas vezes perpassaram o campo da comunicação, desde mobilizações até elaboração de materiais educativos alternativos. Garantir que tal política seja implementada, de fato, também concerne ao espaço comunicativo, daí a necessidade do empoderamento do movimento agroecológico nessa temática.

Experiências

1. Blog das Oficinas de Cultura Digital (Movimento de Pequenos Agricultores do Araripe - MPA)
2. Coletivo de Comunicadoras (Marcha Mundial das Mulheres - MMM)
3. Escola de Comunicação Popular do Semiárido Mineiro (ASA/MG)

Comissão organizadora:

Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), Caatinga (PE), ASA/MG, AS-PTA e Marcha Mundial das Mulheres (MMM).

Coordenação do Seminário

Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) e Marcha Mundial das Mulheres (MMM).

Convidados

Pedro Caribé (Conselho Estadual de Comunicação da Bahia)

05

CONFLITOS E INJUSTIÇAS AMBIENTAIS

Ementa

Compreendemos que o sistema do capital avança atualmente sobre a natureza, mercantilizando bens naturais que sustentam as comunidades de vida, inclusive a humana. Este modelo gera conflitos territoriais que ameaçam também os processos de construção da agroecologia nos territórios. A questão ambiental à qual nos referimos não diz respeito à racionalidade mais ou menos “ecológica” das escolhas técnicas, mas, sim, à disputa entre diferentes formas de apropriação e uso dos recursos ambientais, por um lado, fonte de sobrevivência para os povos e, por outro, fonte de acumulação de lucros para as grandes corporações. O conceito de desigualdade ambiental permite apontar o fato de que, o sistema do capital faz com que os danos decorrentes de práticas poluentes recaiam principalmente sobre grupos sociais vulneráveis, configurando uma distribuição desigual dos benefícios e malefícios do desenvolvimento econômico. Basicamente, os benefícios destinam-se a grandes interesses econômicos e os danos a grupos sociais despossuídos. Tal quadro, para muitos ocultados sob o mito do desenvolvimento, se caracteriza pela desigualdade na distribuição dos bônus e prejuízos do progresso – a injustiça ambiental – e desafia a ciência e as práticas acadêmicas, as políticas públicas e os grupos sociais que se organizam em resistência a este modelo e em defesa de direitos. Tendo em vista que boa parte desses danos prejudicam diretamente as famílias e comunidades tradicionais e camponesas que vivem em um processo de expropriação e violação de direitos nos territórios, objetivamos, nesse seminário, promover um debate sobre os conflitos, injustiças e impactos ambientais; pensar coletivamente a importância dessa leitura na estratégia de construção da agroecologia e debater, compartilhar,

problematizar e trocar experiências de conflitos e resistências surgidas nesse contexto com o intuito de fortalecer as lutas nos territórios.

Experiências

1. Comunidades atingidas pela Monocultura de Eucalipto no Maranhão (a confirmar)
2. Comunidades atingidas pela Mineração de Urânio - Bahia e Ceará (a confirmar)
3. Comunidade Mundurucu/PA e barragem hidrelétrica (a confirmar)

Composição da comissão organizadora

Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), Instituto Palmares, Comissão Pastoral da Terra – GO, Centro de Estudos e Pesquisa para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia (Cepedes), Núcleo Tramas/UFC.

Coordenação do seminário

Rafaela Dornelas (RBJA) / Andréa Camurça (RBJA) / Fábio José da Silva (CPT-GO)

Convidados

Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – (a confirmar)

Ministério de Minas e Energia (Ministro ou representante) – (a confirmar)

Secretaria Especial de Direitos Humanos – (a confirmar)

Comissão responsável pela revisão do código da Mineração – Deputado Leonardo Quintão (a confirmar) e Gabriel Guimarães (a confirmar)

06

CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO: INTERAÇÃO ENTRE ATER, PESQUISA E ENSINO

Ementa

As instituições de extensão, pesquisa e ensino brasileiras historicamente perpetuaram no Brasil um ideário baseado na modernização da atividade produtiva no meio rural, dominando um enfoque convencional caracterizado pelo difusionismo, pelo ensino bancário e pelo paradigma científico-tecnológico da Revolução Verde. Neste contexto, o saber dos agricultores foram desprestigiados e considerados ultrapassados e superados. Este modelo de produção e disseminação de conhecimentos foi responsável pelas grandes transformações no meio rural brasileiro, pelo avanço do agronegócio e por grandes impactos sociais e ambientais.

No entanto, na contracorrente deste processo, milhares de experiências protagonizadas pela agricultura familiar camponesa e dos povos e comunidades tradicionais, em convivência com diversos contextos socioecológicos e orientadas por estratégias baseadas na diversidade, oferecem alternativas concretas de produção sustentável orientadas pelos princípios da Agroecologia. Da mesma forma, há uma crescente abertura nas instituições de extensão, pesquisa e ensino, sejam elas governamentais ou não governamentais, para renovar seus conceitos e métodos em direção a promoção de maiores níveis de sustentabilidade dos agroecossistemas. Essas experiências atuam em contraposição ao modelo social e econômico excludente que prevalece no campo.

Na educação formal, muitas iniciativas vêm sendo colocadas em prática através de atividades de extensão e pesquisa, mas também de cursos e disci-

plinas em Agroecologia (ou com ênfase em Agroecologia) em todos os níveis educacionais. Muitas destas iniciativas acontecem em instituições ligadas aos movimentos sociais comprometidos com uma educação do campo e com novas abordagens metodológicas. Outras foram motivadas pela iniciativa do Estado e, não raras vezes, representam espaços de resistência e inovação, em instituições de ensino moldadas pelo enfoque pedagógico convencional. Muitas dessas experiências se integram de forma contextualizada às realidades dos territórios e os agroecossistemas aí existentes. Consideram que é o território o lugar da produção de saberes e a generalização dos conhecimentos universais. Essa mediação se faz por meio das redes territorializadas que têm na dinâmica dos agricultores-experimentadores a base social e cultural para orientação da agenda da pesquisa científica, da extensão e do ensino.

O objetivo deste seminário temático é dar visibilidade a estas experiências e socializar os objetivos da Planapo com relação ao eixo sobre Conhecimento, analisando se as iniciativas propostas correspondem aos desafios apresentados.

Experiências

1. Rede Ater Nordeste – CETRA/CE e CAATINGA/PE
2. Polo da Borborema/PB
3. Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

Composição da comissão organizadora

Centro Sabiá; ABA-Agroecologia; CTA ZM; UNICAFES; SASOP; FASE MT; MMTR/NE; CNPOrg
Coordenação do Seminário: Maria Virginia de Almeida Aguiar e Claudenir Fávero (ABA-Agroecologia)

Convidados

Valter Bianchini – SAF/MDA – a confirmar
Waldir Stumtf Júnior (EMBRAPA Clima Temperado)

07

CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO: EDUCAÇÃO DO CAMPO

Ementa

Até meados dos anos 80, a educação no espaço rural sempre foi um direito negado historicamente as populações do campo, especialmente aos agricultores familiares camponeses. Esta negação possui duas dimensões que se complementam: uma de ordem quantitativa, no sentido da ausência de políticas educacionais, onde o argumento preconceituoso da “baixa complexidade das atividades desempenhadas por estas populações” não demandava a escolarização formal aos mesmos.

A segunda dimensão é de ordem qualitativa, pois mesmo com o acesso a escolarização às populações do campo sempre tiveram uma educação “copiada” das bases curriculares do espaço urbano, onde o campo é visto como lugar do atraso, a ser modernizado. Esta concepção perdura até os dias atuais, carregando consigo um forte apelo ideológico de necessidade de mudanças na maneira como as populações camponesas constroem seus territórios de vida, de trabalho e de cultura no campo. Na contra mão desta história, diversos movimentos sociais se organizaram e vêm desenvolvendo inúmeras experiências de educação que valorize o saber, o trabalho e a cultura das populações do campo e nos últimos 20 anos algumas destas iniciativas tem sido incorporadas como políticas públicas pelo Estado Brasileiro, a partir da pressão social que estes movimentos têm realizado.

A educação do campo tem promovido uma maneira nova de construção do conhecimento, onde a relação trabalho – produção – pesquisa estão intrinsecamente relacionadas. Desta forma, o enfoque

agroecológico vem sendo incorporado no âmbito destas iniciativas de formação, especialmente em cursos profissionalizantes das ciências agrárias. Por outro lado, o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) 2013-2015 apresenta elementos pouco significativos no que tange esta temática. Nesta direção, o objetivo deste seminário temático é colher/sistematizar informações/subsídios que possam gerar aprofundamento deste debate na Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), assim como apontar estratégias de fortalecimento da construção do conhecimento agroecológico a partir de políticas públicas de Estado.

Experiências

1. IALA - Parauapebas-PA (MST-PRONERA-UFGA) (a confirmar)
2. EFA/CFR de MG (a confirmar).
3. Experiência do Nordeste que possua relação com os Institutos Federais (a confirmar)

Composição da comissão organizadora

Associação Brasileira de Agroecologia (ABA).
Coordenação do Seminário: Romier Sousa, Eugenio Ferrari, Maria Virginia

Convidados

- PRONERA/INCRA/MDA (a confirmar);
- SECADI/MEC (a confirmar);
- SETEC/MEC (a confirmar)

NORMAS SANITÁRIAS: PARA QUÊ E PARA QUEM?

Ementa

Os padrões de qualidade expressos nas normas sanitárias atuais reforçam a lógica excludente e concentradora do atual sistema agroalimentar, baseado em um modelo de produção e processamento de alimentos padronizados em larga escala, e com uso intensivo de insumos químicos (como agrotóxicos, aditivos, embalagens plásticas), em detrimento de sistemas mais sustentáveis, diversificados, artesanais, de conhecimentos tradicionais e incluídos. As normas sanitárias têm levado a produção de alimentos tradicionais, artesanais, de base familiar, a um processo que os aproxima da industrialização e da artificialização, aumentando custos e afastando-os de sua origem artesanal, da pequena escala e de características socioculturais inerentes ao modo de produção que historicamente caracteriza esses produtos.

O seminário tem como objetivo refletir, a partir das experiências, sobre o papel da produção de base familiar, agroecológica e tradicional na valorização, resgate e disseminação de práticas alimentares e da culinária que preservem a cultura, a biodiversidade e a autonomia das diversas regiões do país. Apontar os desafios e dificuldades colocados pelas normas sanitárias para estas experiências; contribuir para a reflexão e promover a troca de experiências sobre iniciativas de inclusão produtiva; apresentar a construção e as conquistas com a resolução RDC 49 (Inclusão Produtiva com Segurança Sanitária).

Entre as questões de debate estão: como classificar e definir baixo risco e alto risco? como garantir que os costumes e os conhecimentos tradicionais sejam levado em conta na aplicação da normativa? Como dar mais força para a ANVISA nos diálogos com as VISAs estaduais e municipais? Como quebrar a resistência das VISAS? Como utilizar a normativa para

o diálogo local das experiências produtivas? Como avançar nos produtos sob responsabilidade do MAPA-Ministério da Agricultura que não são abrangidos pela resolução da ANVISA (por ex. polpas de fruta e produtos de origem animal)? Como mudar a lógica de uso excessivo de embalagens plásticas, que geram lixo e podem contaminar os produtos? Como mudar o padrão induzido pela legislação da superindustrialização e ultraprocessamento dos alimentos?

Experiências

1. Depoimentos de organizações: Luciano - APRO-CAME - Associação de Produtores de Queijos Canastra de Medeiros - MG;
2. APACO; Açaí ou outra polpa de fruta do Nordeste ou Norte;
3. IMA - Instituto Mineiro de Agroecologia (responsável pelo Selo de Inspeção Estadual em Minas Gerais)

Composição da comissão organizadora e da coordenação do seminário

FBSSAN, FBES, GT Slow Food Queijos Artesanais, Rede Ecovida

Convidados

ANVISA / ASREL Assessoria de Articulação e Relações Institucionais da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Rosilene Mendes dos Santos



Comissão Organizadora

GT Mulheres da ANA, Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MNEPA), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e Polo da Borborema.

PLANTAS MEDICINAIS E AGROECOLOGIA: CULTIVANDO SAÚDE E DISSEMINANDO SABERES TRADICIONAIS

.....

Ementa

São inúmeras as experiências agroecológicas de cultivo de plantas medicinais que se constituem em verdadeiras “farmácias vivas” e contribuem para a soberania alimentar, promoção da saúde e conservação da agrobiodiversidade. As mulheres do campo sempre estiveram à frente da diversificação de culturas, do cultivo de plantas medicinais e do despertar para a transição agroecológica das unidades familiares. A importância disso se reflete não só no rendimento da produção dos sistemas, como também na reprodução dos modos de vida camponesa nas mais variadas realidades do Brasil.

São também as mulheres agricultoras que garantem a passagem de geração para geração de uma grande variedade de conhecimento acerca das qualidades, propriedades e aplicação das plantas para a saúde humana e animal.

O Seminário será um momento de resgate e valorização desse conhecimento tradicional, muitas vezes desqualificado pelas indústrias farmacêuticas a serviço de grandes transnacionais que contribuem para a consolidação do mercado da doença e que incentiva a substituição de remédios caseiros pelos sintéticos. Nosso objetivo também é refletir sobre o papel das mulheres no cultivo, no preparo e no uso das plantas medicinais, identificando as potencialidades e principais desafios com a perspectiva de fortalecer esse movimento de resistência que luta pela autonomia das mulheres e pela soberania dos povos e dinamizar ações de articulação em torno do tema.

10

FINANCIAMENTO E AGROECOLOGIA

Ementa

O Seminário Temático tem como objetivo central debater o financiamento para a agroecologia com foco nas experiências com fomento e crédito, tanto de iniciativas das organizações produtivas como das políticas públicas na perspectiva da socialização dos aprendizados e da identificação dos resultados, entraves, desafios e formas de superação.

No contexto de implementação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica enfrentamos o desafio de avançarmos na construção de políticas de fomento e crédito, que concorram efetivamente para a ampliação e fortalecimento das práticas agroecológicas.

Três experiências serão apresentadas: 1 - Fundo rotativo solidário, experiência desenvolvida por mulheres do Pólo da Borborema/PB; 2 - Fundo DEMA, que financia projetos coletivos dos Povos da Floresta – povos indígenas, quilombolas, comunidades extrativistas, ribeirinhas e da agricultura familiar”; 3 - Cozinha Agroecológica – experiência de acesso ao Pronaf desenvolvida por jovem da Rede Ecovida.

Tendo em vista esse objetivo propõe-se como metodologia: abertura com uma breve contextualização do tema (10m); resgate da abordagem do tema do financiamento durante sessões simultâneas sobre “A Construção da Agroecologia nos Territórios (15m); apresentação das experiências (20 m para cada experiência) seguida de debate (45m); breve socialização do estágio de elaboração da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e implementação do PLANAPO, seguida da intervenção dos gestores públicos convidados, por cerca de 40 minutos. O seminário finaliza com um debate de cerca de 45 minutos.

A expectativa é de que os resultados do seminário contribuam para estimular e fortalecer as diversas experiências de financiamentos voltados à agroecologia e aos processos de transição agroecológica, e possam contribuir para a construção de instrumentos no âmbito do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

Experiências

1. Fundo Rotativo Solidário – Organização de Mulheres do Pólo da Borborema/ASPTA
2. Fundo DEMA – FASE Amazônia
3. Cozinha Agroecologica/Pronaf – Rede Ecovida

Composição da comissão organizadora

AS-PTA, CTA, CONTAG, GT Mulheres da ANA

Coordenação do seminário

Beth Cardoso/CTA/GT Mulheres da ANA

Convidados

Karla Hora – MDA
Cristina F. A. Lopes – Banco da Amazônia e Gerente de Microfinancas e Agricultura Familiar
Roberto Marinho Alves da Silva (SENAES)
Banco do Nordeste – Clarício dos Santos – Gerente de Produção e Serviços - DIRGE/Etene

11

SAÚDE E AGROTÓXICOS

Composição da comissão organizadora

Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) e Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida.

Coordenação do seminário

Lia Giraldo, Raquel Rigotto e André Búrigo

Convidados

Carlos Augusto Vaz de Souza – Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (DSAST)/Ministério da Saúde;

Ana Maria Vekic – Gerência-Geral de Toxicologia (GGTOX)/Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

Rogério Dias – Coordenação de Agroecologia/Ministério Agricultura;

IBAMA (ainda à definir o nome do gestor)

Sezifredo Paulo Alves Paz – Superintendente de Vigilância em Saúde/Secretaria Estadual de Saúde do Paraná.

Ementa

O Brasil se tornou nos últimos 5 anos o país onde mais se consome agrotóxicos do planeta, em situação de uso indiscriminado, com graves impactos socioeconômicos e ambientais e sobre a saúde da população. Nesse contexto, o uso de venenos agrícolas e seus impactos constituem tema estratégico para a construção da agroecologia nos territórios.

Nessa perspectiva, o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) 2013-2015, apresenta um diagnóstico do uso desses insumos induzidos no país para a implantação da Revolução Verde e propõe, entre as iniciativas necessárias e urgentes para o enfrentamento do problema, ações integradas que promovam revisão e debate sobre diversos aspectos ligados ao uso de agrotóxicos e seus impactos. A criação de um Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos que trate do tema na intensidade necessária foi estabelecido como meta do (PLANAPO). O objetivo deste seminário temático é colher/sistematizar informações/subsídios para o “Grupo de Trabalho (GT) Agrotóxicos” que está responsável pela elaboração do Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos, dentro do PLANAPO. Também é objetivo, socializar os conteúdos do PLANAPO, bem como mobilizar as lideranças do movimento agroecológico para o monitoramento da execução do plano em suas respectivas regiões/territórios.

Experiências

1. Rio Verde/GO (a confirmar)
2. Comunidade Indígena Tapuya Kariri/CE (a confirmar)
3. Trabalhadores assalariados no Polo de Juazeiro/BA (a confirmar)

12

SEMENTES E AGROBIODIVERSIDADE

Ementa

O acesso a recursos genéticos bem como sua livre utilização e circulação é condição indispensável para a promoção da agroecologia. O avanço territorial das monoculturas bem como a erosão genética causada pela disseminação de sementes híbridas e melhoradas, hoje agravadas pela contaminação por transgênicos, reforça a importância de se promoverem ações de conservação das sementes crioulas, varietais e orgânicas. Diferentes são as estratégias usadas por organizações de agricultores, povos indígenas e comunidades tradicionais pelo país para preservar essa diversidade. Mais recentemente, o governo federal, por meio da Política Nacional de Agroecologia lançou iniciativas de fortalecimento dessa ações. À luz de três experiências de manejo de sementes, este seminário discutirá essas políticas e a forma como elas podem ser aperfeiçoadas.

Experiências

1. Produção e comercialização de sementes orgânicas de hortaliças (ABD-MG)
2. Rede de Agro biodiversidade do Semiárido Mineiro (CAA-Norte de Minas)
3. Sementes Krahô na conservação de recursos genéticos (Kapéy, Rede Ipantuw, Embrapa)

Composição da comissão organizadora e da coordenação do seminário

Gabriel B. Fernandes (AS-PTA); Fábio Lopes (CAA-NM); Vladimir Moreira (ABD)

Convidados

Janaína Rosa e Daniella Dê Vicente Prado (MDS)
Rogério Dias (MAPA)
Alex Kawakami (INCRA)
Marcos Dal Fabbro, Priscilla Luiza Silva e Carolina Molina (MDA)
Maguida Silva (MCTI)
Conab (a confirmar)
Patrícia Bustamante, Terezinha Dias e Marília Lobo Lurle (Embrapa)

13

SOCIOBIODIVERSIDADE

Ementa

Neste seminário será discutido, a partir de três experiências concretas, de ambientes e regiões bastante diversas, os obstáculos, avanços e dificuldades enfrentadas no contexto do desenvolvimento territorial das populações tradicionais.

A conservação da biodiversidade é fundamental para a sobrevivência da nossa espécie na medida em que propicia a manutenção de processos como a fotossíntese, a ciclagem das águas, a conservação dos solos, a polinização, o controle de pragas, a competição entre organismo, base da nossa segurança alimentar. [Bensuan, Nurit. Org.- Seria melhor ladrilhar? Ed. UnB, 2008].

Na subcomissão trataremos especificamente da sociobiodiversidade, que expressa a interrelação entre a diversidade biológica e a diversidade dos sistemas socioculturais. Assim a biodiversidade brasileira ameaçada pelo avanço do agronegócio encontra nos Povos e Comunidades Tradicionais (indígenas, quilombolas, extrativistas, castanheiros, faxinalenses, varzenteiros, fundos de pastos, caiçaras, e de agricultores familiares) a sua defesa.

O uso tradicional da biodiversidade em suas formas mais diversas constitui um bem cultural de valor inestimável, uma vez que estes povos ao utilizarem os recursos naturais também promovem a sua conservação.

O Seminário possibilitará debater e discutir, com base em experiências dos territórios Amazônicos, do Cerrado e da Mata Atlântica as diferentes formas de ocupação o uso das águas, das florestas e da terra para a produção e reprodução da vida das populações com base na biodiversidade.

Composição da Comissão Organizadora e da Coordenação

Coordenação Jorg Zimmermann – Rede Cerrado e Clodoaldo Ramos Pontes - Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS).

Experiências

1. Manejo dos Recursos Pesqueiro na Amazônia:
2. Faxinal: modelo de ocupação territorial.
3. Território dos Babaçuais : Babaçu Livre uma Luta de Todos.

Convidados

Gestores do Plano Nacional da Sociobiodiversidade.

***ETAPAS
PREPARATÓRIAS***



ANA promove oficina: mais comunicação para mais agroecologia

Articular comunicadores e unir ações para ampliar a visibilidade da agroecologia de norte a sul do Brasil. Estes foram alguns dos objetivos da oficina realizada pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), nos dias 23 e 24 de setembro de 2013. A atividade ocorreu em Juazeiro (BA) como preparação para o III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), e contou com a participação de 30 pessoas de organizações de todas as regiões do Brasil.

“A ANA é uma rede de redes, e procura construir uma unidade política na diversidade. O I ENA deu origem a ANA e reconheceu essas experiências locais, procurando alternativas aos padrões dominantes do agronegócio. A agroecologia nasce da valorização dos diálogos de saberes, portanto, a comunicação é importante desde o princípio. E a ANA sempre se organizou em três eixos: enfrentamento ao agronegócio, incidência nas políticas

públicas e fortalecimento do campo agroecológico”, explicou Denis Monteiro, secretário executivo da ANA.

O II ENA amadureceu esse processo e caminhou para o mapeamento de mais de mil experiências capazes de mostrar a força da agroecologia pelo país. Temas mobilizadores acumularam as experiências dessas articulações: soberania alimentar, biodiversidade, mulheres, certificação, etc.

De acordo com Helen Santa Rosa, do Centro de Agricultura Alternativa (CAA), do Norte de Minas, no II ENA a comunicação foi mais utilizada como produto e no Encontro de Diálogos adquire um status político: não é só instrumento para visibilidade, e sim de direito e processo de enredamento. “Vai ganhando força na ANA ao sair só do operacional”, complementou.

“Faz parte da própria evolução do movimento agroecológico no Brasil o desejo de uma maior interlocução com a sociedade. Os benefícios são inúmeros, desde o potencial aumento do consumo de produtos saudáveis ao apoio popular nas políticas de fomento à agroecologia. A equipe de comunicadores ligados à ANA tem um grande desafio”, destacou Fernando Angeoletto, do Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (Cepagro-SC).

Durante a oficina foi realizada a apresentação da rede da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), que também integra a ANA. Seu sistema de comunicação é construído na perspectiva da valorização do conhecimento local e das experiências dos agricultores. A comunicação ajuda a refletir um dos objetivos centrais do trabalho da ASA, que é mostrar a convivência com o semiárido. A rede congrega 75 comunicadores populares em todo o bioma, e fortalece institucionalmente a ASA e a mudança gradual da visão regional e nacional sobre o semiárido.

Segundo Livia Duarte, da ONG Fase, que coordenou a oficina, é preciso pensar a comunicação também como direito e lembrar que existe uma

série de barreiras nos meios de comunicação. A reunião foi o primeiro esforço de aumentar essa rede, disse. “Precisamos falar para fora sem esquecer de fortalecer os comunicadores e organizações da ANA. Nos apropriar da sua metodologia, do protagonismo das experiências concretas e a partir delas mostrar o que é a Agroecologia. Esta oficina criará formas de facilitar nossa comunicação”, afirmou.

Os participantes traçaram estratégias para construção dessa rede a partir das caravanas agroecológicas, e pensaram formas de organizar questões operacionais e estratégias para dar voz às agricultoras (es) por um modelo de desenvolvimento saudável e sustentável no campo.



46

Seminário “Mulheres Rumo ao III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA)”

Entre os dias 20 e 22 de novembro aconteceu, em Curitiba - PR, o seminário “Mulheres Rumo ao III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA)” que contou com a presença de 80 mulheres representantes de diversas organizações e movimentos sociais ligados à agroecologia, ao feminismo e ao direito das agricultoras familiares e camponesas no Brasil. O seminário foi uma iniciativa do GT Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), em parceria com a União Europeia (UE), Oxfam e Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e teve como



objetivos principais trazer uma reflexão sobre a agroecologia e as políticas públicas e afinar as pautas e os debates para o III ENA.

No primeiro dia do evento aconteceram visitas de intercâmbio a diferentes experiências de agroecologia protagonizadas por mulheres em Curitiba e região. Uma delas foi a visita a uma cozinha comunitária, na comunidade Conceição dos Correias, no município de Campo Magro. A cozinha, que surgiu pela articulação da Associação Comunitária com o apoio do governo municipal, tem os objetivos de disponibilizar espaço e equipamentos para o beneficiamento de alimentos, fabricação de pães, polpas de frutas e outros produtos. Também houve visita à agroindústria da família Escher que trabalha com produtos lácteos, produção de molho de tomate, fabricação de pães, geleias e beneficiamento de hortaliças. Todos os produtos possuem o certificado de produto orgânico do sistema solidário de certificação participativa da Rede Ecovida de Agroecologia. O selo Ecovida é uma forma de certificação que, além de garantir a qualidade do produto ecológico, permite o respeito e a valorização da cultura local através da aproximação entre agricultores e consumidores e da construção de uma Rede que congrega iniciativas de diferentes regiões.

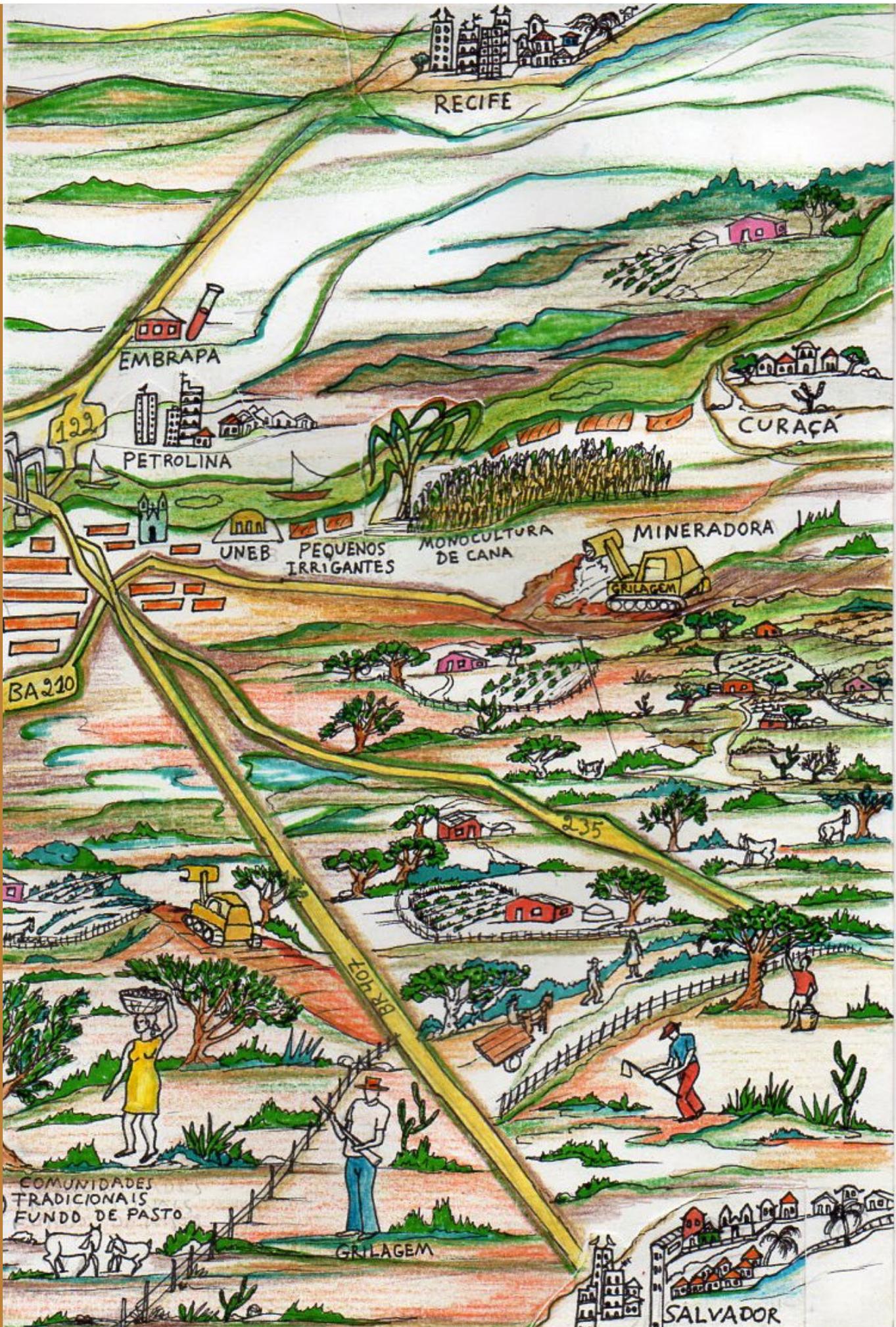
A agroindústria da família Escher entrega produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e para Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e também comercializa em feiras na capital paranaense. Em relação ao acesso ao PAA, uma das coordenadoras do GT Mulheres,

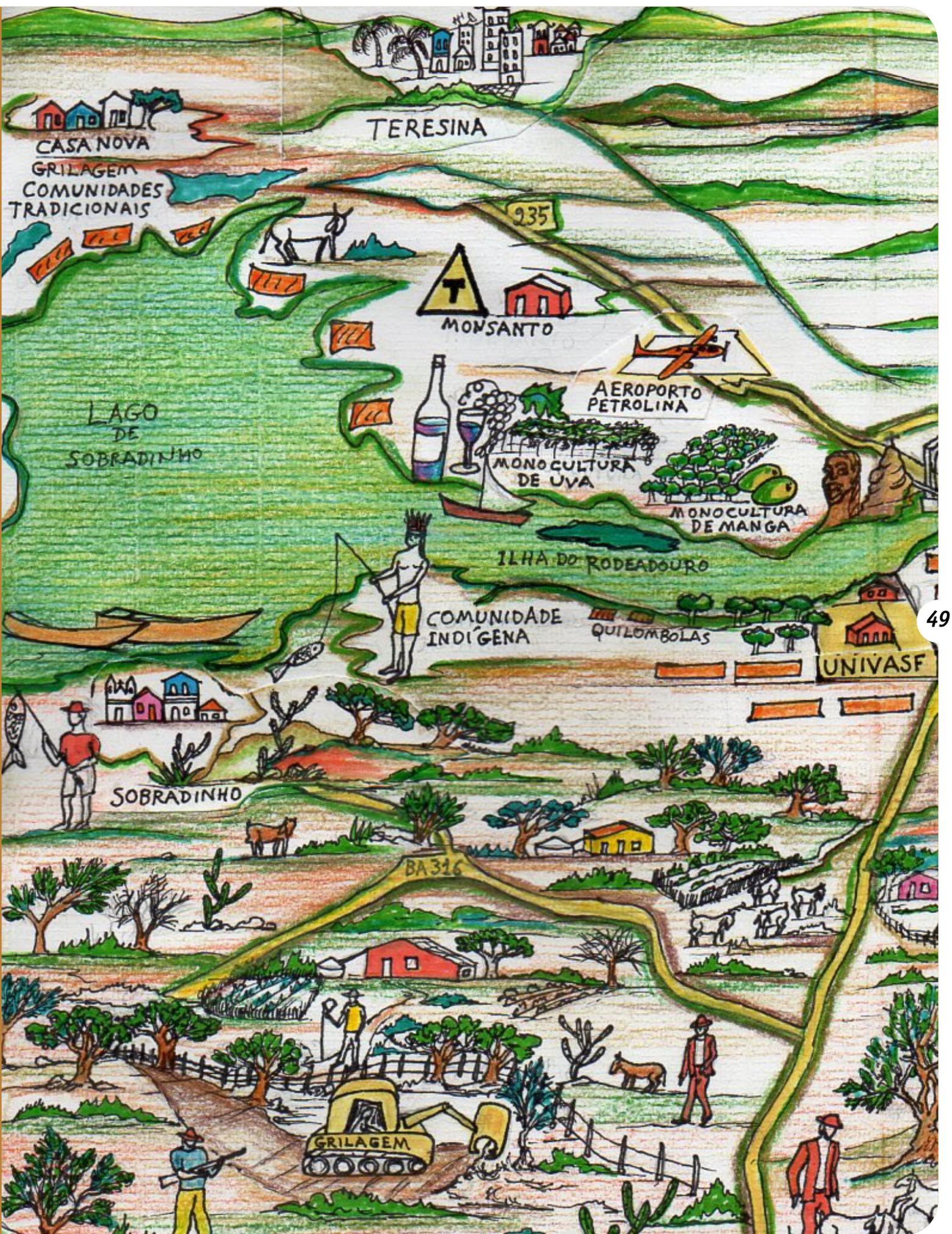
Vanessa Schottz, ressaltou que existem estudos indicando que, no Brasil, os produtos beneficiados são feitos pelas mulheres, mas vendidos no CPF dos homens. “Dessa maneira elas continuam invisíveis e não conseguem dominar os processos de comercialização. É preciso mudar essa realidade.”

Após as visitas de intercâmbio, o grupo de mulheres participou da plenária da “Caravana Agroecológica e Cultural do Sul”, na Universidade Federal do Paraná, para debater, entre outros temas, as políticas públicas, o fortalecimento da agricultura familiar e camponesa e a promoção da segurança alimentar e nutricional.

No segundo e terceiro dias do seminário, a programação contou com uma mesa redonda com o Governo Federal, um debate sobre o crédito para as mulheres rurais e uma mesa sobre Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para mulheres.

Segundo Vanessa Schottz, o evento cumpriu com o seu objetivo de promover a reflexão sobre a desigualdade no acesso das mulheres rurais às políticas públicas, além de construir propostas concretas para a superação dos diversos bloqueios e entraves. “O debate mostrou, inclusive, que o machismo permanece como um dos principais problemas e que existe uma visão, por parte dos técnicos, de que os projetos devem ser colocados em nome do homem considerado chefe de família. Por isso é tão importante esse diálogo entre o feminismo e a agroecologia, promovido pelo GT Mulheres da ANA.”





TERESINA

CASA NOVA

GRILAGEM
COMUNIDADES
TRADICIONAIS

235



MONSANTO

AEROPORTO
PETROLINA

LAGO
DE
SOBRADINHO

MONOCULTURA
DE UVA

MONOCULTURA
DE MANGA

ILHA DO RODEADOURO

COMUNIDADE
INDÍGENA

QUILOMBOLAS

UNIVASF

SOBRADINHO

BA316

GRILAGEM

TELEFONES UTÉIS / JUAZEIRO

Corpo de Bombeiros
193

Polícia Militar
190

SAMU
192

Delegacia Especializada de
Atendimento à Mulher de Juazeiro
(74) 3613-8311

UPA - Unidade de Pronto Atendimento
(74) 3613 4288

Hospital Regional de Juazeiro
(74) 3614 8350

SOTE - Serviço de Ortopedia e
Traumatologia Especializada
(74) 3613 8888

Terminal Rodoviário
(74) 3611 7136

Aeroporto (Petrolina)
(87) 3867 9600 / Geral
(87) 3867 9611 / Infraero

Alô Táxi Juazeiro
(74) 3611-663

EXPEDIENTE

Produção Executiva: *Paulo Petersen, Fernanda Cruz, Luciana Rios e Eduardo Sá*
Revisão: *Luciana Rios e Fernanda Cruz*
Projeto Gráfico e Diagramação: *Alberto Saulo*
Tiragem: *2.000 exemplares*
Gráfica: *Reproset Indústria Gráfica*

REALIZAÇÃO



ARTICULAÇÃO
NACIONAL DE
AGROECOLOGIA

PATROCÍNIO



APOIO



Agência Nacional
de Vigilância Sanitária



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

Ministério do
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome

Ministério do
Meio Ambiente

Ministério da
Saúde

Ministério da
Agricultura, Pecuária
e Abastecimento

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

